PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

L E I Nº_____

Contém o Código Tributário do Município de Ubá.

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes, decreta e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

PARTE GERAL

TÍTULO - I

Dos Tributos em Geral

CAPÍTULO - I

Do Sistema Tributário do Município

Art. 1º - Êste Código dispõe sôbre os fatos geradores, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos tributos municipais, e estabelece normas de direito fiscal a êles pertinentes.

Art. 2º - Integram o sistema tributário do Município:

I - os impostos:

a) sôbre a propriedade territorial urbana;
b) sôbre a propriedade predial urbana;
c) sôbre a circulação de mercadorias;
d) sôbre serviços de qualquer natureza.

II - as taxas:

a) decorrentes das atividades do poder de polícia do Município;
b) decorrentes de atos relativos à utilização efetiva ou potencial de serviços públicos municipais - específicos e divisíveis.

III - a contribuição de melhoria

CAPÍTULO - II

Da Legislação Fiscal

Art. 3º - Nenhum tributo será exigido ou alterado, - nem qualquer pessoa considerada como contribuinte ou responsável pelo cumprimento de obrigação tributária, senão em virtude dêste Código ou de lei subsequente.

...

Art. 4º - A lei entra em vigor na data de sua publicação, salvo as disposições que aumentarem tributos que incidam sôbre a propriedade predial e territorial urbana, as quais entrarão em vigor a 1º de janeiro do ano seguinte.

Art. 5º - As tabelas de tributos, anexas a êste Código, serão revistas e publicadas integralmente, pelo Poder Executivo, sempre que houverem sido substancialmente alteradas.

CAPÍTULO - III

Da Administração Fiscal

Art. 6º - Tôdas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposição dêste Código, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a êles subordinadas, segundo as atribuições constantes da lei de organização dos serviços administrativos e do respectivo regimento.

Art. 7º - Os órgãos e servidores incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência técnica aos contribuintes, prestando-lhes esclarecimentos sôbre a interpretação e fiel observância das leis fiscais.

§ 1º - Aos contribuintes é facultado reclamar essa assistência aos órgãos responsáveis.

§ 2º - As medidas repressivas só serão tomadas contra os contribuintes infratores que, dolosamente ou por descaso, lesarem ou tentarem lesar o Fisco.

Art. 8º - Os órgãos fazendários farão imprimir e distribuir, sempre que necessário, modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatòriamente pelos contribuintes, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Art. 9º - São autoridades fiscais, para efeitos dêste Código, as que têm jurisdição e competência definidas em leis e regulamentos.

...

CAPÍTULO - IV

Do Domicílio Fiscal

Art. 10 - Considera-se domicílio fiscal do contribuinte ou responsável por obrigação tributária:

I - tratando-se de pessoa física, o lugar onde habitualmente reside, e, não sendo êste conhecido, o lugar onde se encontre a sede principal de suas atividades ou negócios;

II - trando-se de pessoa jurídica de direito privado, o local de qualquer de seus estabelecimentos;

III - tratando-se de pessoa jurídica de direito público, o local da sede de qualquer de suas repartições administrativas.

Art. 11 - O domicílio fiscal será consignado nas petições, guias e outros documentos que os obrigados dirijam ou devam apresentar à Fazenda Municipal.

Parágrafo único - Os inscritos como contribuintes habituais comunicarão tôda mudança de domicílio, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ocorrência.

CAPÍTULO - V

Das Obrigações Tributárias Acessórias

Art. 12 - Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão, por todos os meios a seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:

I - apresentar declarações e guias, e a escriturar em livros próprios os fatos geradores de obrigação tributária, segundo as normas dêste Código e dos regulamentos fiscais;

II - comunicar à Fazenda Municipal, dentro de 15 (quinze) dias, contados a partir da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar, ou extinguir obrigação tributária;

III - conservar e apresentar ao Fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária ou que sirva como comprovante de veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

IV - prestar, sempre que solicitadas pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo do Fisco, se refiram a fato gerador de obrigação tributária.

Parágrafo único - Mesmo no caso de isenção, ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 13 - O Fisco poderá requisitar a terceiros, e - êstes ficam obrigados a fornecer-lhe, tôdas as informações e dados referentes a fatos geradores de obrigação tributária, para os quais tenham contribuído ou que devam conhecer, salvo quando, por fôrça de lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a êsses fatos.

§ 1º - As informações obtidas por fôrça dêste artigo têm caráter sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos - interêsses fiscais da União, do Estado e dêste Município.

§ 2º - Constitui falta grave, punível nos têrmos do Estatuto dos Funcionários Municipais, a divulgação de informações obtidas no exame de contas ou documentos exibidos.

CAPÍTULO - VI
Do Lançamento

Art. 14 - Lançamento é o procedimento privativo da autoridade administrativa municipal, destinado a constituir o crédito tributário mediante a verificação da ocorrência da obrigação tributária correspondente, a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido, a identificação do contribuinte e, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Art. 15 - O ato do lançamento é vinculado e obrigatório, sob pena de responsabilidade fincional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário previstas neste Côdigo.

Art. 16 - O lançamento reporta-se à data em que haja surgido a obrigação tributária principal e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente ao nascimento da obrigação, haja instituído novos - critérios de apuração da base de cálculo, estabelecido novos métodos de fiscalização, ampliado os podêres de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado maiores garantias e privilégios à Fazenda Municipal, exceto, no último caso, para atribuir responsabilidade tributária a terceiros. ...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

...

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a lei tributária respectiva fixe expressamente a data em que o fato gerador deva ser considerado para efeito de lançamento.

Art. 17 - Os atos formais relativos ao lançamento dos tributos ficarão a cargo do órgão fazendário competente.

Parágrafo único - A omissão ou êrro de lançamento não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal, nem de qualquer modo lhe apreveita.

Art. 18 - O lançamento efetuar-se-á com base nos dados constantes do Cadastro Fiscal e nas declarações apresentadas pelos contribuintes, na forma e nas épocas estabelecidas neste Código e em regulamento.

Parágrafo único - As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e à verificação do montante do crédito tributário correspondente.

Art. 19 - Far-se-á o lançamento de ofício, com base nos elementos disponíveis:

I - quando o contribuinte ou o responsável não houver prestado declaração, ou a mesma apresentar-se inexata, por serem falsos ou errôneos os fatos consignados;

II - quando, tendo prestado declaração, o contribuinte ou responsável deixar de atender, satisfatòriamente, no prazo e na forma legais, pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa.

Art. 20 - Com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e de determinar, com precisão a natureza e o montante dos créditos tributários, a Fazenda Municipal poderá:

I - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato feradador de obrigação tributária;

II - fazer inspeções nos locais e estabelecimentos onde se exercerem as atividades sujeitas a obrigações tributárias, ou nos bens ou serviços que constituam matéria tributável;

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

...

III - exigir informações e comunicações escritas ou verbais;

IV - notificar o contribuinte ou responsável para - comparecer às repartições da Fazenda Municipal;

V - requisitar o auxílio da fôrça pública ou requerer ordem judicial quando indispensável à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos objetos e livros dos contribuintes e responsáveis.

Parágrafo único - Nos casos a que se refere o número dêste artigo, os funcionários lavrarão têrmo da diligência, - do qual constarão especificadamente os elementos examinados.

Art. 21 - O lançamento e suas alterações serão comunicados aos contribuintes por meio de edital afixado na Prefeitura, por publicação em jornal local, ou mediante notificação direta, feita por meio de aviso, para servir como guia de pagamento.

Art. 22 - Far-se-á revisão do lançamento sempre que se verificar êrro na fixação da base tributária, ainda que os elementos indutivos dessa fixação hajam sido apurados diretamente - pelo Fisco.

Art. 23 - Os lançamento efetuados de ofício, ou decorrentes de arbitramento, só poderão ser revistos em face da superveniência de prova irrecusável que modifique a base de cálculo utilizada no lançamento anterior.

Art. 24 - É facultado aos prepostos da fiscalização o arbitramento de bases tributárias quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente.

Art. 25 - O Município poderá instituir livros e registros obrigatórios de tributos municipais, a fim de apurar os seus fatos geradores e bases de cálculo, exceto em relação ao Impôsto sôbre as operações relativas à circulação de mercadorias.

Art. 26 - Independentemente do contrôle de que trata o artigo anterior, poderá ser adotada a apuração ou verificação diária no próprio local de atividade, durante determinado período, quando houver dúvida sôbre a exatidão do que fôr declarado para e feito dos impostos de competência do Município.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

...

CAPÍTULO - VII

Da Cobrança e do Recolhimento dos Tributos

Art. 27 - A cobrança dos tributos far-se-á
I - para pagamento à bôca do cofre;
II - por procedimento amigável;
III - mediante ação executiva.

§ 1º - A cobrança para pagamento à bôca do cofre - far-se-á pela forma e nos prazos estabelecidos neste Código, nas leis e nos regulamentos fiscais.

§ 2º - Expirado o prazo para pagamento à bôca do cofre, ficam os contribuintes sujeitos à multa de 20% (vinte por - cento), acrescida de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, contados por mês ou fração, sôbre a importância devida, até seu pagamento.

Art. 28 - Nenhum recolhimento de tributo será efetuado sem que se expeça a competente guia ou conhecimento.

Art. 29 - Nos casos de expedição fraudulenta de guias ou conhecimentos, responderão, civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito ou fornecido.

Art. 30 - Pela cobrança menor de tributo responde, perante a Fazenda Municipal, solidàriamente, o servidor culpado, cabendo-lhe direito regressivo contra o contribuinte.

Art. 31 - Não se procederá contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acôrdo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada a jurisprudência.

Art. 32 - O Executivo poderá contratar com estabelecimentos de crédito com sede, agência ou escritório no Município, o recebimento de tributos, segundo normas especiais baixadas para êsse fim.

CAPÍTULO - VIII

Da Restituição

Art. 33 - O contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual fôr a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:

...

...

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face dêste Código, ou da natureza ou das circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - êrro na identificação do contribuinte, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do tributo, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 34 - A restituição total ou parcial de tributos abrangerá também, na mesma proporção, os juros de mora e as penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal, que não devam reputar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

Art. 35 - O direito de pleitear a restituição de impôsto, taxa, contribuição de melhoria ou multa, extingue-se com o decurso do prazo de seis meses, quando o pedido se baseie em simples êrro de cálculo, ou de três anos nos demais casos, contados:

I - nas hipóteses previstas nos números I e II do art. 33, da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese prevista no número III do art. 33 da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa, ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 36 - Quando se tratar de tributos e multas indevidamente arrecadados, por motivo de êrro cometido pelo Fisco, ou pelo contribuinte, regularmente apurado, a restituição será feita de ofício, mediante determinação da autoridade competente em representação formulada pelo órgão fazendário e devidamente processada.

Art. 37 - O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou de documentos, quando isso se torne necessário à verificação da procedência da medida, a juízo da administração.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 38 - Os processos de restituição serão obrigatòriamente informados, antes de receberem despacho, pela repartição que houver arrecadado os tributos e as multas reclamados total ou parcialmente.

CAPÍTULO - IX
Da Prescrição

Art. 39 - O direito de proceder ao lançamento de tributos, assim como à sua revisão, prescreve em 5 (cinco) anos, a contar do último dia do ano em que se tornarem devidos.

Parágrafo único - O decurso de prazo estabelecido neste artigo interrompe-se pela notificação ao contribuinte de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento ou à sua revisão, começando de nôvo a correr da data em que se operou a notificação.

Art. 40 - As dívidas provenientes de tributos prescrevem em 5 (cinco) anos, a contar do término do exercício dentro do qual aquêles se tornarem devidos; a dívida ativa inferior a um décimo do salário mínimo regional prescreve, porém, em 2 (dois) anos, contados do prazo de vencimento, se prefixado, e, no caso contrário, da data em que foi inscrita.

Art. 41 - Interrompe-se a prescrição da dívida fiscal:

I - por qualquer intimação ou notificação feita ao contribuinte, por repartição ou funcionário fiscal, para pagar a dívida;

II - pela concessão de prazos especiais para êsse fim;

III - pelo despacho que ordenou a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento;

IV - pela apresentação do documento comprobatório da dívida, em juízo de inventário ou concurso de credores.

Art. 42 - Cessa em 5 (cinco) anos o poder de aplicar ou cobrar multas por infração a êste Código, exceto nos casos de quantia inferior a um décimo do salário mínimo regional, em que o prazo será de 2 (dois) anos.

...

...

CAPÍTULO - X
Das Imunidades e Isenções

Art. 43 - Os impostos municipais não incidem sôbre (Emenda Constitucional nº 18):

I - o patrimônio, a renda ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios;

II - templos de qualquer culto;

III - o patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei complementar;

IV - o papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros;

V - o tráfego intermunicipal de qualquer natureza, - quando representarem limitações ao mesmo.

§ 1º - O disposto no número I dêste artigo é extensivo às autarquias tão-sòmente no que se refere ao patrimônio, à - renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes.

§ 2º - O disposto neste artigo é extensivo aos serviços públicos concedidos pela União, quando a isenção geral fôr por ela instituída, por meio de lei especial, tendo em vista o interêsse comum.

§ 3º - A imunidade tributária de bens imóveis dos - templos se restringe àqueles destinados ao exercício do culto.

§ 4º - As instituições de educação e assistência social sòmente gozarão da imunidade mencionada no número III, dêste artigo, quando se tratar de sociedades civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos.

Art. 44 - São isentas de impostos municipais as atividades individuais de pequeno rendimento, destinadas, exclusivamente, ao sustento de quem as exerce ou de sua família e como tais definidas em regulamento.

Art. 45- A concessão de isenções apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interêsse do Município; não poderá ter caráter pessoal e dependerá de lei aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Vereadores.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

...

§ 1º - Entende-se como favor pessoal não permitido, a concessão, em lei, de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

§ 2º - As isenções estão condicionadas à renovação anual e serão reconhecidas por ato do Prefeito, sempre a requerimento do interessado.

Art. 46 - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para a concessão, ou o desaparecimento das condições que a motivaram, será a isenção obrigatòriamente cancelada.

Art. 47 - As imunidades e isenções não abrangem as taxas e a contribuição de melhoria, salvo as exceções expressamente estabelecidas neste Código.

CAPÍTULO - XI
Da Dívida Ativa

Art. 48 - Constitui dívida ativa do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas - de qualquer natureza regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Art. 49 - Para todos os efeito legais considera-se como inscrita a dívida registrada em livros especiais na repartição competente da Prefeitura.

Art. 50 - Encerrado o exercício financeiro, a repartição competente providenciará, imediatamente, a inscrição dos débitos fiscais por contribuinte.

Parágrafo Único - Independentemente, porém, do término do exercício financeiro, os débitos fiscais não pagos em - tempo hábil poderão ser inscritos no livro próprio da Dívida Ativa do Municipal.

Art. 51 - O Município fará publicar, no seu órgão - oficial, ou pelos meios habituais, nos 30 (trinta) dias subsequentes à inscrição e durante 5 (cinco) dias, relação contendo:

I - nome dos devedores e endereço relativo à dívida;
II - origem da dívida e seu valor.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

...

Parágrafo único - Dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação da relação, será feita a cobrança amigável da dívida ativa, depois do que a Prefeitura encaminhará para cobrança judicial, à medida que forem sendo extraídas, as certidões relativas aos débitos.

Art. 52 - O têrmo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará, obrigatòriamente:

I - o nome do devedor e, sendo o caso, os dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou residência de um ou de outros;

II - a origem e a natureza do crédito fiscal, mencionando a lei tributária respectiva;

III - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

IV - a data em que foi inscrita;

V - o número do processo administrativo de que se origina o crédito fiscal, sendo o caso.

Parágrafo único - A certidão devidamente autenticada, conterá além dos requisitos dêste artigo, a indicação do livro e da fôlha de inscrição.

Art. 53 - Serão cancelados, mediante despacho do Prefeito, os débitos fiscais:

I - legalmente prescritos;

II - de contribuintes que hajam falecido sem deixar bens que exprimam valor.

Parágrafo único - O cancelamento será determinado de ofício ou a requerimento de pessoa interessada, desde que fiquem aprovadas a morte do devedor e a inexistência de bens, ouvidos os órgãos fazendários e jurídico da Prefeitura.

Art. 54 - As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou conseqüentes, serão reunidas em um só processo.

Art. 55 - As certidões da dívida ativa, para cobrança judicial, deverão conter os elementos mencionados no artigo 52 dêste Código.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 56 * O recebimento de débitos fiscais constantes de certidões já encaminhadas para cobrança executiva, será feito exclusivamente à vista de guia em duas vias, expedida pelos escrivães ou advogados, com o visto do órgão jurídico da Prefeitura, incumbido da cobrança judicial da dívida.

Parágrafo único - A partir da data da publicação da relação, começará a fluir o prazo de 30 (trinta) dias para a cobrança por procedimento amigável; decorrido êsse prazo, ajuizar-se-á a competente ação executiva.

Art. 57 - As guias, que serão datadas e assinadas pelo emitente conterão:

I - o nome do devedor e seu endereço;
II - o número da inscrição da dívida;
III - a importância total do débito e o exercício ou período a que se refere;
IV - a multa, os juros de mora (e a correção monetária) a que estiver sujeito o débito;
V - as custas judiciais.

Art. 58 - Ressalvados os casos de autorização legislativa, não se efetuará o recebimento de débitos fiscais inscritos na dívida ativa com dispensa da multa dos juros de mora.

Parágrafo único - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância do disposto neste artigo, é o funcionário responsável obrigado, além da pena disciplinar a que estiver sujeito, a recolher aos cofres do Município o valor da multa e dos juros de mora.

Art. 59 - O disposto no artigo anterior se aplica, também, ao servidor que reduzir graciosa, ilegal ou irregularmente, o montante de qualquer débito fiscal inscrito na dívida ativa, com ou sem autorização superior.

Art. 60 - É solidàriamente responsável com o servidor, quanto à reposição das quantias relativas à redução, à multa e aos juros de mora, mencionados nos dois artigos anteriores, a autoridade superior que autorizar ou determinar aquelas concessões, salvo se o fizer em cumpimento de mandado judicial.

Art. 61 - Encaminhada a certidão da dívida ativa para cobrança executiva, cessará a competência do órgão fazendário para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe, entretanto,

...

...

prestar as informações solicitadas pelo órgão encarregado da execução e pelas autoridades judiciárias.

CAPÍTULO - XII
Das Penalidades
SEÇÃO 1ª

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 62 - Sem prejuízo das disposições relativas a infrações e penas constantes de outras leis e códigos municipais, as infrações a êste Código serão punidas com as seguintes penas:

I - multa;

II - proibição de transacionar com as repartições municipais;

III - sujeição a regime especial de fiscalização;

IV - suspensão ou cancelamento de isenção de tributos.

Art. 63 - A aplicação da penalidade de qualquer natureza, de caráter civil, criminal ou administrativo, e o seu cumprimento, em caso algum dispensam o pagamento do tributo devido e das multas, da correção monetária e dos juros de mora.

Art. 64 - Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acôrdo com interpretação fiscal, constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada essa interpretação.

Art. 65 - A omissão do pagamento de tributo e a fraude fiscal serão apurados mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração, nos têrmos da lei.

§ 1º - Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuser de elementos convincentes em razão dos quais se possa admitir involuntária a omissão do pagamento.

§ 2º - Em qualquer caso, considerar-se-á como fraude a reincidência na omissão de que trata êste artigo.

§ 3º - Conceitua-se também como fraude o não pagamento do tributo, tempestivamente, quando o contribuinte o deva recolher a seu próprio requerimento, formulado êste antes de qualquer diligência

...

fiscal e desde que a negligência perdure após decorridos 8 (oito) dias contados da data de entrada dêsse requerimento na repartição arrecadadora competente.

Art. 66 - A co-autoria e a cumplicidade, nas infrações ou tentativas de infração aos dispositivos dêste Código, implica os que a praticarem em responderem solidàriamente com os autores - pelo pagamento do tributo devido, ficando sujeitos às mesmas penas fiscais impostas a êstes.

Art. 67 - Apurando-se no mesmo processo, infração de mais de uma disposição dêste Código pela mesma pessoa, será aplicada sòmente a pena correspondente à infração mais grave.

Art. 68 - Apurada a responsabilidade de diversas pessoas, não vinculadas por co-autoria ou cumplicidade, impor-se-á a cada uma delas a pena relativa à infração que houver cometido.

Art. 69 - A sanção às infrações das normas estabelecidas neste Código será, no caso de reincidência, agravada de 30% (trinta por cento).

Parágrafo único - Considera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica, depois de transitada em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

Art. 70 - A aplicação de multa não prejudicará a ação criminal que, no caso, couber.

SEÇÃO 2ª

Das Multas

Art. 71 - As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo.

Parágrafo único - Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:

a) - a maior ou menor gravidade da infração;
b) - as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;
c) - os antecedentes do infrator com relação às disposições dêste Código e de outras leis e regulamentos municipais.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

...

Art. 72 - É passível de multa de ~~XXX~~ 5 (cinco) décimos do salário-mínimo regional a 10 (dez) vêzes o valor dêste, o contribuinte ou responsável que:

I - iniciar atividade ou praticar ato sujeito à taxa de licença, antes da concessão desta;

II - deixar de fazer a inscrição, no Cadastro Fiscal da Prefeitura, de seus bens ou atividades sujeitos à tributação municipal;

III - apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitos à tributação municipal, com omissões ou dados inverídicos;

IV - deixar de comunicar, dentro dos prazos previstos, as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;

V - deixar de apresentar, dentro dos respecitovs prazos, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou base de cálculo dos tributos municipais;

VI - deixar de remeter à Prefeitura, em sendo obrigado a fazê-lo, documento exigido por lei ou regulamento fiscal;

VII - negar-se a exibir livros e documentos da escrita fiscal que interessar à fiscalização.

Art. 73 - É passível de multa de 5 (cinco) décimos - do salário mínimo regional a 20 (vinte) vêzes o valor dêste o contribuinte ou responsável que:

I - ~~xxxxxx~~ apresentar ficha de inscrição fora do prazo legal ou regulamentar;

II - negar-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentar embaraçarm iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes do Fisco a serviço dos interêsses da Fazenda Municipal;

III - deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida neste Código ou em regulamento a êle referente.

Art. 74 - As multas de que tratam os artigos anteriores serão aplicadas sem prejuízo de outras penalidades por motivo de fraude ou sonegação de tributos.

Art. 75 - Ressalvadas as hipóteses do art. 89 dêste Código, serão punidos com:

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

I - multa de importância igual ao valor do tributo, nunca inferior, porém, a 5 (cinco) décimos do salário-mínimo regional, os que cometerem infração capaz de elidir o pagamento do tributo, no todo ou em parte, uma vez regularmente apurada a falta e se não ficar provada a existência de artifío doloso ou intuito de fraude;

II - multa de importância igual a 5 (cinco) vêzes o valor do tributo, mas nunca infoerior a 5 (cinco) décimos do salário-mínimo regional, os que sonegarem, por qualquer forma, tributos devidos, se apurada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;

III - multa de 5 (cinco décimos do salário-minimo regional a 20 (vinte) vêzes o valor dêste:

a) - os que viciarem ou falsificarem documentos ou escrituração de seus livros fiscais e comerciais, para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do tributo;

b) - os que instruírem pedidos de isenção ou redução de impôstos, taxa ou contribuição de melhoria, com documento falso ou que contenha falsidade.

§ 1º - As penalidades a que se refere o número III serão aplicadas nas hipóteses em que não se puder efetuar o cálculo pela forma dos números I e II.

§ 2º - Considera-se consumada a fraude fiscal, nos casos do número III, mesmo antes de vencidos os prazos de cumprimento das obrigações tributárias.

§ 3º - Salvo prova em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou em outras análogas:

a) - contradição evidente entre os livros e documentos da escrita fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipais;

b) - manifesto desacôrdo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias e a sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;

c) - remessa de informes e comunicações falsas ao Fisco com respeito aos fatos geradores e à base de cálculo de obrigações tributárias;

...

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

d) - omissão de lançamento nos livros, fichas, declarações ou guias, de bens e atividades que constituam fatos geradores de obrigações tributárias.

SEÇÃO 3ª

Da Proibição de Transacionar com as Repartições Municipais.

Art. 76 - Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou têrmos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração do Município.

SEÇÃO 4ª

Da Sujeição a Regime Especial de Fiscalização

Art. 77 - O contribuinte que houver cometido infração punida em grau máximo, ou reincidir na violação das normas estabelecidas neste Código e em outras leis e regulamentos municipais, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Art. 78 - O regime especial de fiscalização de que trata êste capítulo será definido em regulamento.

SEÇÃO - 5ª

Da Suspensão ou Cancelamento de Isenções

Art. 79 - Tôdas as pessoas físicas ou jurídicas que gozarem de isenção de tributos municipais e infringirem disposições dêste Código ficarão privadas, por um exercício, da concessão e, no caso de reincidência, dela privadas definitivamente.

§ 1º - A pena de privação definitiva da isenção só se declarará nas condições previstas no parágrafo único do art. 69 dêste Código.

§ 2º - As penas previstas neste artigo serão aplicadas em face de representação nesse sentido, devidamente comprovada, feita em processo próprio, depois de aberta defesa ao interessado, nos prazos legais.

...

SEÇÃO 6ª

Das Penalidades Funcionais

Art. 80 - Serão punidos com multa equivalente a 5 (cinco) dias do respectivo vencimento ou remuneração:

I - os funcionários que se negarem a prestar assistência ao contribuinte, quando por êste solicitada na forma dêste Código;

II - os agentes fiscais que, por negligência ou má - fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade.

Art. 81 - As multas serão impostas pelo Prefeito, - mediante representação da autoridade fazendária competente, se de outro modo não dispuser o Estatuto dos Funcionários Municipais.

Art. 82 - O pagamento de multa decorrente de processo fiscal se tornará exigível depois de transitada em julgado a decisão que a impôs.

TÍTULO - II

Do Processo Fiscal

CAPÍTULO - I

Das Medidas Preliminares e Incidentes

SEÇÃO - 1ª

Dos Têrmos de Fiscalização

Art. 83 - A autoridade ou o funcionário fiscal que presidir ou proceder a exames e diligências, fará ou lavrará, sob sua assinatura, têrmo circunstanciado do que apurar, do qual constará, além do mais que possa interessar, as datas iniciais e finais do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados.

§ 1º - O têrmo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração, ainda que aí não resida o fiscalizado ou infrator, e poderá ser datilografado ou impresso em relação às palavras rituais, devendo os claros ser preenchidos a mão e inutilizadas as entrelinhas em branco.

§ 2º - Ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia do têrmo, autenticada pela autoridade, contra recibo no original.

...

§ 3º - A recusa do recibo, que será declarada pela autoridade, não aproveita ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica.

§ 4º - Os dispositivos do parágrafo anterior são aplicáveis extensivamente, aos fiscalizados e infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoriade fiscal, ressalvadas as hipóteses dos incapazes, definidos pela lei civil.

SEÇÃO 2ª

Da Apreensão de Bens e Documentos

Art. 84 - Poderão ser apreendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias e documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou profissional, do contribuinte, responsável ou de terceiros, ou em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração tributária, estabelecidas neste Código em lei ou regulamento.

Parágrafo único - Havendo prova, ou fundada suspeita, de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 85 - Da apreensão lavrar-se-á auto, com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, o disposto no artigo 96 dêste Código.

Parágrafo único - O auto de apreensão conterá a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaream depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se fôr idôneo, a juízo do autuante.

Art. 86 - Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a êsse fim.

Art. 87 - As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

...

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Parágrafo único - Em relação à matéria dêste artigo, aplicar-se, no que couber, o disposto nos artigos 120 a 122 dêste Código.

Art. 88 - Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a hasta pública ou leilão.

§ 1º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública ou o leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º - Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo e à multa devidos, será o autuado notificado,, no prazo de 5 (cinco) dias, para receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

SEÇÃO - 3ª

Da Notificação Preliminar

Art. 89 - Verificando-se omissão não dolosa de pagamento de tributo, ou qualquer infração de lei ou regulamento, de que possa resultar evasão de receita, será expedida contra o infrator notificação preliminar para que, no prazo de 8 (oito) dias, regularize a situação.

§ 1º - Esgotado o prazo de que trata êste artigo, e sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração.

§ 2º - Lavrar-se-á, igualmente, auto de infração quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar.

Art. 90 - A notificação preliminar será feita em fórmula destacada de talonário próprio, no qual ficará cópia a carbono, com o "ciente" do notificado, e conterá os elementos seguintes:

I - nome do notificado;
II - local, dia e hora da lavratura;
III - descrição do fato que a motivou e indicação do dispositivo legal de fiscalização, quando couber;
IV - valor do tributo e da multa devidos;
V - assinatura do notificante.

...

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Parágrafo único - Aplicam-se a êste artigo as disposições constantes dos parágrafos 1º a 4º do artigo 83.

Art. 91 - Considera-se convencido do débito fiscal o contribuinte que pagar o tributo mediante notificação preliminar, da qual não caiba recurso ou defesa.

Art. 92 - Não caberá notificação preliminar, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:

I - quando fôr encontrado no exercício de atividade tributável, sem prévia inscrição;

II - quando houver provas de tentativa para eximir-se ou furtar-se ao pagamento do tributo;

III - quando fôr manifesto o ânimo de sonegar;

IV - quando incidir em nova falta de que poderia resultar evasão de receita, antes de decorrido um ano, contado da última notificação preliminar.

SEÇÃO - 4a

Da Representação

Art. 93 - Quando incompetente para notificar preliminarmente ou para autuar, o agente da Fazenda Municipal deve, e qualquer pessoa pode, representar contra tôda ação ou omissão - contrária a disposições dêste Código ou de outras leis e regulamentos fiscais.

Art. 94 - A representação far-se-á em petição assinada e mencionará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço de seu autor; será acompanhada de provas ou indicará os - elementos desta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão dos quais se tornou conhecida a infração.

Parágrafo único - Não se admitirá representação feita por quem haja sido sócio, diretor, preposto ou empregado do - contribuinte, quando relativa a fatos anteriores à data em que - tenham perdido essa qualidade.

Art. 95 - Recebida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidade e, conforme couber, notificará preliminarmente o infrator, autua-lo-á ou arquivará a representação.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

CAPÍTULO - II
Dos Atos Iniciais

SEÇÃO - 1ª

Do Auto de Infração

Art. 96 - O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:

I - mencionar o local, o dia e a hora da lavratura;

II - referir ao nome do infrator e das testemunhas, se houver;

III - descrever o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo legal ou regulamentar violado e fazer referência ao têrmo de fiscalização, em que se consignou a infração, quando fôr o caso;

IV - conter a intimação ao infrator para pagar os tributos e multas devidos ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos.

§ 1º - As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.

§ 3º - Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção dessa circunstância.

Art. 97 - O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o de apreensão, e então conterá, também os elementos dêste (artigo 85 e parágrafo único).

Art. 98 - Da lavratura do auto será intimado o infrator:

I - pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto ao autuado, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II - por carta, acompanhada de cópia do auto, com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

III - por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do infrator.

Art. 99 - A intimação presume-se feita:

I - quando pessoal, na data do recibo;

II - quando por carta, na data do recibo de volta, e se fôr esta omitida, 15 (quinze) dias após a entrega da carta no Correio;

III - quando por edital, no têrmo do prazo, contado - êste da data da afixação ou da publicação.

Art. 100 - As intimações subsequentes à inicial far-se-ão pessoalmente, caso em que serão certificadas no processo, e por carta ou edital, conforme as circunstâncias, observado o disposto nos artigos 98 e 99 dêste Código.

SEÇÃO - 2ª

Das Reclamações Contra Lançamento

Art. 101 - O contribuinte que não concordar com lançamento poderá reclamar no prazo de 20 (vinte) dias, contados da publicação no órgão oficial, da afixação do edital, ou do recebimento do aviso.

Art. 102 - A reclamação contra lançamento far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

Art. 103 - É cabível a reclamação por parte de qualquer pessoa, contra a omissão ou exclusão do lançamento.

Art. 104 - A reclamação contra lançamento terá efeito suspensivo da cobrança dos tributos lançados.

CAPÍTULO - III

Da Defesa

Art. 105 - O autuado apresentará defesa no prazo de 20 (vinte) dias, contados da intimação.

Art. 106 - A defesa do autuado será apresentada por petição à repartição por onde correr o processo, contra recibo. Apresentada a defesa, terá o autuante o prazo de 10 (dez) dias - para impugná-la, o que fará na forma do artigo seguinte.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 107 - Na defesa, o autuado alegará tôda a matéria que entender útil, indicará e requererá as provas que pretenda produzir, juntará logo as que constarem de documentos e, sendo o caso, arrolará testemunhas, até o máximo de 3 (três).

Art. 108 - Nos processos iniciados mediante reclamação contra lançamento, será dada vista a funcionário da repartição competente para aquela operação, a fim de apresentar a defesa, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que receber o processo.

CAPÍTULO - IV
Das Provas

Art. 109 - Findos os prazos a que se referem os artigos 105 e 106 dêste Código, o dirigente da repartição responsável pelo lançamento deferirá, no prazo de 10 (dez) dias, a produção das provas que não sejam manifestamente inúteis ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entender necessárias, e fixará o prazo, não superior a 30 (trinta) dias, em que uma e outras devam ser produzidas.

Art. 110 - As perícias deferidas competirão ao perito designado pela autoridade competente, na forma do artigo anterior; quando requeridas pelo autuante, ou nas reclamações contra lançamento pelo funcionário da Fazenda, ou quando ordenada de ofício, poderão ser atribuídas a agente de fiscalização.

Art. 111 - Ao autuado e ao autuante será permitido, sucessivamente, reinquirir as testemunhas; do mesmo modo, ao reclamante e ao impugnante, nas reclamações contra lançamento.

Art. 112 - O autuado e o reclamante poderão participar das diligências, e as alegações que tiverem serão juntadas ao processo ou constarão do têrmo da diligências para serem apreciadas no julgamento.

Art. 113 - Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos das repartições da Fazenda Pública, ou em depoimento pessoal de sues representantes ou funcionários.

...

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

CAPÍTULO - V

Da Decisão em Primeira Instância

Art. 114 - Findo o prazo para a produção de provas, ou perempto o direito de apresentar a defesa, o processo será presente à autoridade julgadora, que proferirá decisão, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º - Se entender necessário, a autoridade poderá, no prazo dêste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao autuado e ao autuante, ou ao reclamante e ao impugnante, por 5 (cinco) dias a cada um, para alegações finais.

§ 2º - Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá nôvo prazo de 10 (dez) dias, para proferir decisão.

§ 3º - A autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acôrdo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

§ 4º - Se não se considerar habilitada a decidir, a autoridade poderá converter o julgamento em diligência e determinar a produção de novas provas, observado o disposto no Capítulo IV e prosseguindo-se na forma dêste Capítulo, na parte aplicável.

Art. 115 - A decisão, redigida com simplicidade e clareza, concluirá pela procedência ou improcedência do auto de infração ou da reclamação contra lançamento, definindo expressamente os seus efeitos, num e noutro caso.

Art. 116 - Não sendo proferida decisão, no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fôra julgado procedente o auto de infração ou improcedente a reclamação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

CAPÍTULO - VI

Dos Recursos

SEÇÃO - 1ª

Do Recurso Voluntário

...

Art. 117 - Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário para o Prefeito, interposto no prazo de 20 - (vinte) dias, contados da data de ciência da decisão, pelo autuado ou reclamante, pelo autuante ou pelo funcionário que houver produzido a defesa, nas reclamações contra lançamento.

Art. 118 - É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sôbre o - mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

SEÇÃO - 2ª

Da Garantia de Instância

Art. 119 - Nenhum recurso voluntário interposto pelo autuado ou reclamante será encaminhado ao Prefeito, sem o prévio depósito de metade das quantias exigidas, extinguindos-se o direito do recorrente que não efetuar o depósito no prazo legal.

Parágrafo único - São dispensados de depósito os servidores públicos que recorrerem de multas impostas com fundamento no art. 84 dêste Código.

Art. 120 - Quando a importância total do litígio exceder de 2 (duas) vêzes o salário-mínimo regional, se permitirá a prestação de fiança para interposição do recurso voluntário, requerida no prazo a que se refere o art. 117 dêste Código.

§ 1º - A fiança prestar-se-á mediante indicação de fiador idôneo, a juízo da Administração, ou pela caução de títulos da dívida pública.

§ 2º - Ficará anexado ao processo o requerimento que indicar fiador, com a expressa aquiescência dêste e, se fôr casado, também de sua mulher, sob pena de indeferimento.

§ 3º - A fiança mediante caução far-se-á no valor dos tributos e multas exigidos e pela cotação dos títulos no mercado, devendo o recorrente declarar no requerimento que se obriga a efetuar o pagamento do remanescente da dívida, no prazo de 8 (oito) dias, contados da notificação, se o produto da venda dos títulos - não fôr suficiente para a liquidação do débito.

...

Art. 121 - Julgado inidôneo o fiador, poderá o recorrente, depois de intimado e dentro do prazo igual ao que restava quando protocolado o requerimento de prestação de fiança, oferecer outro fiador, indicando os elementos comprovantes da idoneidade do mesmo.

Parágrafo único - Não se admitirá como fiador o sócio solidário, quotista ou comanditário da firma recorrente nem o devedor da Fazenda Municipal.

Art. 122 - Recusados dois fiadores, será o recorrente intimado a efetuar o depósito, dentro de 5 (cinco) dias, ou de prazo igual ao que lhe restava quando protocolado o segundo requerimento de prestação de fiança, se êste prazo fôr maior.

SEÇÃO - 3ª
Do Recurso de Ofício

Art. 123 - Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação da infração, será obrigatòriamente interposto recurso de ofício ao Prefeito, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder de 5 (cinco) vêzes o salário-mínimo regional.

Parágrafo único - Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofíco, quando couber a medida, cumpre ao funcionário que subscreveu a inicial do processo, ou que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

CAPÍTULO - VII
Da Execução das Decisões Fiscais

Art. 124 - As decisões definitivas serão cumpridas:

I - pela notificação do contribuinte e, quando fôr o caso, também do seu fiador, para, no prazo de 10 (dez) dias, satisfazerem ao pagamento do valor da condenação e, em conseqüência, receberem os títulos depositados em garantia da instância;

II - pela notificação do contribuinte para vir receber ou, quando fôr o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada em garantia da instância;

III - pela notificação do contribuinte para vir receber importância recolhida indevidamente como tributo ou multa;

IV - pela notificação do contribuinte para vir receber ou, quando fôr o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e o produto da venda dos títulos caucionados, quando não satisfeito o pagamento no prazo legal;

V - pela liberação das mercadorias apreendidas e depositadas, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação, com fundamento no art. 88 e sues parágrafos, dêste Código;

VI - pela imediata inscrição, como dívida ativa, e remessa da certidão à cobrança executiva, dos débitos a que se referem os números I, II e IV, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

Art. 125 - A venda de títulos da dívida pública aceitos em caução não se realizará abaixo da cotação; e, deduzidas as despesas legais da venda, inclusive taxa oficial de corretagem, - proceder-se-á, em tudo o que couber, de acôrdo com o art. 124, número IV, e com o § 3º do art. 120, dêste Código.

TÍTULO - III

Do Cadastro Fiscal

CAPÍTULO - I

Disposições Gerais

Art. 126 - O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende:

I - o Cadastro Imobiliário;

II - o Cadastro dos Produtores, Industriais e Comerciantes;

III - o Cadastro dos Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza;

IV - o Cadastro dos Veículos e Aparelhos Automotores.

§ 1º - O Cadastro Imobiliário compreende:

a) - os terrenos vagos existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas ou destinadas à urbanização;

b) - as edificações existentes, ou que vierem a ser construídas, nas áreas urbanas e urbanizáveis.

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

§ 2º - O Cadastro dos Produtores, Industriais e Comerciantes compreende os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuários, de indústria e de comércio, habituais e lucrativas, exercidas no âmbito do Município, em conformidade com as disposições do Código Tributário Nacional e da Lei estadual relativa ao impôsto incidente sôbre a circulação de mercadorias.

§ 3º - O Cadastro dos Prestadores de Serviços de qualquer natureza compreende as emprêsas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço sujeito à tributação municipal.

§ 4º - O Cadastro dos Veículos e Aparelhos Automotores compreende o registro geral, para fins de identificação da propriedade ou da posse, de todos os bens de tração ou propulsão motora, animal ou humana, inclusive embarcações e elevadores sujeitos ao licenciamento e à tributação pelas autoridades municipais, para uso ou tráfego.

§ 5º - Ficam igualmente sujeitos à inscrição no Cadastro de Veículos e Aparelhos Automotores os bens destinados a puxar ou arrastar máquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou de pavimentação, desde que lhes sejam facultado trasitar em vias terrestres.

Art. 127 - Todos os proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis mencionados no § 1º - do artigo anterior e aquêles que, individualmente ou sob razão social de qualquer espécie, exercerem atividade lucrativa no Município, estão sujeitos à inscrição obrigatória no Cadastro Imobiliário da Prefeitura.

Art. 128 - O Poder Executivo poderá celebrar convênios com a União e os Estados visando a utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis, bem como o número de inscrição do Cadastro Geral de Contribuintes, de âmbito federal, para melhor caracterização de seus registros.

Art. 129 - A Prefeitura poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastros a fim de atender à organização fazendária dos tributos de sua competência, especialmente, os relativos à contribuição de melhoria.

...

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

CAPÍTULO - II

Da Inscrição no Cadastro Imobiliário

Art. 130 - A inscrição dos imóveis urbanos no Cadastro Imobiliário será promovida:

I - pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;

II - por qualquer dos condôminos, em se tratando de compromisso de compra e venda;

III - pelo compromissário comprador, nos casos de compromisso de compra e venda;

IV - pelo possuidor do imóvel a qualquer título;

V - de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual, municipal ou de entidade autárquica, ou, ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar;

VI - pelo inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.

Art. 131 - Para efetivar a inscrição, no Cadastro Imobiliário, dos imóveis urbanos, são os responsáveis obrigados a preencher e entregar na repartição competente uma ficha de inscrição para cada imóvel, conforme modêlo fornecido pela Prefeitura.

§ 1º - A inscrição será efetuada no prazo de 60 - (sessenta) dias, contados da data da escritura definitiva ou de promessa de compra e venda do imóvel.

§ 2º - Por ocasião da entrega da ficha de inscrição, devidamente preenchida, deverá ser exibido o título de propriedade, ou de compromisso de compra e venda, para as necessárias verificações.

§ 3º - Não sendo feita a inscrição no prazo estabelecido no § 1º dêste artigo, o órgão competente, valendo-se dos elementos de que dispuser, preencherá a ficha de inscrição e expedirá edital convocando o proprietário para, no prazo de 30 - (trinta) dias, cumprir as exigências dêste artigo, sob pena de multa prevista neste Código para os faltosos.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 132 - Em caso de litígio sôbre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes e dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde correr a ação.

Parágrafo único - Incluem-se também na situação prevista neste artigo o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Art. 133 - Em se tratando de área loteada, cujo loteamento houver sido licenciado pela Prefeitura, deverá o impresso de inscrição ser acompanhado de uma planta completa, em escala que permita a anotação dos desdobramentos e designar o valor da aquisição, os logradouros, as quadras e os lotes, a área total, as áreas cedidas ao patrimônio municipal, as áreas compromissadas e as áreas alienadas.

Art. 134 - Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer, no mês de janeiro da cada ano, ao órgão fazendário competente, relação dos lotes que no ano anterior tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome do comprador e o endereço, os números do quarteirão e do lote e o valor do contrato de venda, a fim de ser feita a anotação no Cadastro Imobiliário.

Art. 135 - Deverão ser obrigatòriamente comunicadas à Prefeitura, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, tôdas as ocorrências verificadas com relação ao imóvel, que possam afetar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais.

Parágrafo único - A comunicação a que se refere êste artigo, devidamente processada e informada, servirá de base à alteração respectiva na ficha de inscrição.

Art. 136 - A concessão de "H A B I T E - S E" à edificação nova ou a aceitação de obras em edificação reconstruída ou reformada, só se completará com a remessa do processo respectivo à repartição fazendária competente e a certidão desta de que foi atualizada a respectiva inscrição no Cadastro Imobiliário.

CAPÍTULO - III

Da Inscrição no Cadastro de Produtores, Industrias e Comerciantes

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 137 - A inscrição no Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes será feita pelo responsável, ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente ficha própria para cada estabelecimento, fornecida pela Prefeitura.

Parágrafo único - Entende-se por Produtor, Industrial ou Comerciante, para os efeitos de tributação municipal do impôsto incidente sôbre a circulação de mercadorias, aquelas pessoas físicas ou jurídicas, estabelecidas ou não, assim definidas e qualificadas como responsáveis pelo tributo, pela legislação estadual e regulamentos.

Art. 138 - A ficha de inscrição do Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes deverá conter:

I - o nome, a razão social, ou a denominação sob cuja responsabilidade deva funcionar o estabelecimento ou ser exercidos os atos de comércio, produção e indústria;

II - a localização do estabelecimento, seja na zona urbana ou rural, compreendendo a numeração do prédio, do pavimento e da sala ou outro tipo de dependência ou sede, conforme o caso, ou de propriedade rural a êle sujeita;

III - as espécies principal e acessórias da atividade;

IV - a área total do imóvel, ou de parte dêle, ocupada pelo estabelecimento e suas dependências;

V - outros dados previsots em regulamento.

Parágrafo único - A entrega da ficha de inscrição deverá ser feita:

a) quanto aos estabelecimentos novos, antes da respectiva abertura ou início dos negócios;

b) quanto aos já existentes, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência dêste Código.

Art. 139 - A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, ficando o responsável obrigado a comunicar à repartição competente, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data em que ocorrerem, as alterações que se verificarem em qualquer das características mencionadas no artigo anterior.

Parágrafo único - No caso de venda ou transferência do estabelecimento, sem a observância do disposto neste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 140 - A cessão do estabelecimento será comunicada à Prefeitura dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a fim de ser anotada no Cadastro.

Parágrafo único - A anotação no Cadastro será feita após a verificação da veracidade da comunicação, sem prejuízo de quaisquer débitos de tributos pelo exercício de atividades ou negócios de produção, indústria ou comércio.

Art. 141 - Para os efeitos dêste capítulo considera-se estabelecimento o local fixo ou não, de exercício de qualquer atividade de produtiva, industrial, comercial ou similar, em caráter permanente ou eventual, ainda que no interior de residência, desde que a atividade não seja caracterizada como de prestação de serviço.

Art. 142 - Constituem estabelecimentos distintos, - para efeito de inscrição no Cadastro:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora sob a mesma responsabilidade e - com o mesmo ramo de negócio, estejam localizados em prédios distintos, ou locais diversos.

Parágrafo único - Não se considerados como locais - diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

CAPÍTULO - IV

Da Inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza

Art. 143 - A inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza será feita pelo responsável, emprêsa ou profissional autônomo, ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente ficha própria para cada estabelecimento fixo, ou para o local, em que normalmente desenvolva atividade de prestação de serviços.

CAPÍTULO - V

Da Inscrição no Cadastro de Veículos e Aparelhos Automotores

...

Art. 144 - A inscrição de veículos e aprarelhos automotores no Cadastro Fiscal da Prefeitura será promovida pelos proprietários ou possuidores, a qualquer título, mediante preenchimento e entrega na repartição competente de ficha própria que os caracterize.

Parágrafo único - A inscrição de que trata êste artigo deverá ser permanentemente atualizada, ficando os proprietários ou possuidores dos veículos e aparelhos automotores obrigados a comunicar à repartição competente, para êsse fim, tôdas as modificações que ocorrerem nas suas características, assim como transferências de posse ou domínio.

PAR TE ESPECIAL

TÍTULO - IV

Do Impôsto sôbre a Propriedade Territorial Urbana

CAPÍTULO - I

Da Incidência, das Isenções e das Reduções

Art. 145 - O impôsto territorial urbano tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de terrenos, construídos ou não, localizados nas zonas urbanas do Município.

§ 1º - Para os efeitos dêste impôsto, entende-se como zonas urbanas as definidas em ato do Poder Executivo, observado o requisito mínimo da existência de pelo menos dois dos seguintes melhoramentos:

a) meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

b) abastecimento de água;

c) sistema de esgotos sanitários;

d) rêde de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

e) escola primária ou pôsto de saúde, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º - Consideram-se também urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pela Prefeitura, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos têrmos do parágrafo anterior.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 146 - São isentos do impôsto territorial urbano os terrenos cedidos gratuitamente para uso da União, do Estado ou do Município.

Art. 147 - O impôsto territorial urbano constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão da propriedade ou de direitos reais a ela realtivos do compromissário comprador se êste estiver na posse do imóvel.

CAPÍTULO - II

Da Alíquota e Base de Cálculo

Art. 148 - O impôsto territorial urbano será cobrado na base de 0,15% (quinze décimos por cento) sôbre o valor venal do terreno.

Parágrafo único - O impôsto territorial urbano que incide sôbre o terreno construído será reduzido de 0,03% (três décimos por cento), quando seu proprietário nêle residir e desde que não possua outro imóvel no Município.

Art. 149 - O valor venal dos terrenos será apurado com base nos dados fornecidos pelo Cadastro Imobiliário, levando-se em conta, a critério da repartição, os seguintes elementos:

I - o valor declarado pelo contribuinte;

II - o índice médio de valorização correspondente à zona em que esteja situado o imóvel;

III - o preço do terreno nas últimas transações de compra e venda realizadas nas zonas respectivas;

IV - a forma, as dimensões, os acidentes naturais e outras características do terreno;

V - quaisquer outros dados informativos obtidos pelas repartições competentes.

Art. 150 - Na determinação da base de cálculo não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Art. 151 - O critério a ser utilizado para a apuração dos valôres que servirão de vase de cálculo para o lançamento do impôsto territorial urbano será definido em regulamento baixado pelo Executivo.

Art. 152 - O mínimo do impôsto territorial urbano será de 0,4 (quatro décimos) do salário-mínimo regional.

...

TÍTULO - V

Do impôsto sôbre a Propriedade Predial Urbana

CAPÍTULO - I

Da Incidência e das Isenções

Art. 155 - O impôsto predial tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse, conjuntamente ou não, com os respectivos terrenos, de prédios situados nas Zonas Urbanas do Município.

§ - 1º - Considera-se prédios, para os efeitos dêste artigo, tôdas as edificações ou construçõesque possam servir à habitação, ao uso ou recreio, seja qual fôr sua denominação forma ou destino.

§ - 2º - Para efeito dêste impôsto, entende-se como zona urbana a definida nos têrmos dos §§ 1º e 2º do artigo 144 dêste Código.

Art. 156 - São esentos do impôsto os prédios cedidos gratùitamente, em sua totalidade, para uso da Uni*ao, do Estado ou do Município, aos ex-combatentes da última guerra, e aos Funcionários Municipais, quando destinado exclusivamente à sua residência.

CAPÍTULO - II

Da Alíquota e Base de Cálculo

Art. 157 - O impôsto será cobrado na base de 0,4 - (quatro décimos por cento) sôbre o valôr venal da edificação ou construção, com exclusão do terreno.

§ Único - O impôsto predial que incide sôbre o valor venal da edificação ou construção será reduzido de 0,1 (Hum décimo por cento) quando seu proprietário nêle residir e desde que não possua outro imóvel no Município.

Art. 158 - O valor venal da edificação ou construção será calculado levando-se em conta os seguintes fatôres:

I - a área construída,
II - o valor unitário da construção,
III - o estado de conservação da edificação.

Art. 159 - O critério a ser utilizado para a apuração dos valôres que servirão de base de cálculo para o lançamento do impôsto predial será definido em regulamento baixado pelo Executivo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

CAPÍTULO - III
Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 153 - O lançamento do impôsto territorial urbano, sempre que possível, será feito em conjunto com o dos demais tributos que recaem sôbre o imóvel, tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior.

Art. 154 - Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito o terreno no Cadastro Imobiliário.

§ 1º - No caso de condomínio, figurará o lançamento em nome de todos os codôminos, respondendo cada um, na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo.

§ 2º - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja na posse do terreno.

§ 3º - Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha, será transferido para o nome dos sucessores; para êsse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 4º - Os terrenos pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobreestado, serão lançados em nome do mesmo, que responderá pelo tributo até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.

§ 5º - O lançamento de terreno pertencente a massas falidas ou sociedades em liquidação será feito em nome das mesmas, mas os avisos ou notificações serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

§ 6º - No caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do promitente vendedor e do compromissário comprador, se êste estiver na posse do imóvel.

Art. 155 - O lançamento e o recolhimento do impôsto serão efetuados na época e pela forma estabelecida no regulamento.

Parágrafo único - O lançamento será anual e o recolhimento se fará no número de quotas que o regulamento fixar.

...

...

Parágrafo único - O mínimo do impôsto predial será de 1 (um) centésimo do salário-mínimo regional.

CAPÍTULO - III
Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 160 - O lançamento e a arrecadação do impôsto predial será feito, sempre que possível, em conjunto com o impôsto territorial urbano incidente sôbre o terreno em que esteja situado o prédio, tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior e observando-se, no que couber, o disposto no capítulo III do Título IV dêste Código.

Parágrafo único - Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados um a um, em nome de seus proprietários condôminos.

Art. 161 - O lançamento e o recolhimento do impôsto serão efetuados na época e pela forma estabelecida no regulamento.

TÍTULO - VI
Do Impôsto Municipal sôbre a Circulação de Mercadorias.

CAPÍTULO - I
Da Incidência e das Isenções

Art. 162 - O impôsto municipal sôbre a circulação de mercadorias tem como fato gerador a saída destas de estabelecimento produtor, industrial ou comercial, situado no território do Município, e será cobrado com base na legislação estadual pertinente.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

CAPÍTULO - II

Da Alíquotoa da Base de Cálculo e do Recolhimento

Art. 165 - A base de cálculo do impôsto é o montante devido ao Estado, a título de impôsto de circulação de mercadorias e respectivos adicionais, sendo a alíquotøa de 20% (vinte por cento).

Parágrafo único - A alíquota referida no artigo anterior será uniforme para tôdas as mercadorias.

Art. 166 - O impôsto será recolhido por guia, nos mesmos prazos estabelecidos para o recolhimento do impôsto estadual.

Parágrafo único - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com o Estado convênio para arrecadação do impôsto municipal juntamente com o impôsto estadual sôbre a circulação de mercadorias.

CAPÍTULO - III

Das Penalidades e das Multas

Art. 167 - As infrações à legislação dêste impôsto serão punidas pela autoridade municipal com multas equivalentes a 30% (trinta por cento) do montante que resultaria da aplicação da legislação estadual a infração idêntica.

TÍTULO - VII

Do Impôsto sôbre os Serviços de Qualquer Natureza

CAPÍTULO - I

Da Incidência e das Isenções

Art. 168 - O impôsto, de competência dos Municípios, sôbre serviços de qualquer natureza, tem como fato gerador a prestação por emprêsa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço constante da lista anexa.

§ 1º - Os serviços incluidos na lista ficam sujeitos apenas ao impôsto previsto neste artigo, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 2º - Os serviços não especificados na lista e cuja prestação envolva o fornecimento de mercadorias ficam sujeitos ao impôsto de circulação de mercadorias.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 169 - A base de cálculo do impôsto é o preço do serviço.

§ 1º - Quando se tratar de prestação de serviços - sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o impôsto será calculado, por meio de aliquotas fixas ou variáveis em função da natureza do serviço ou de outros fatôres pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

§ 2º - Na execução de obras hidráulica ou de construção civil o impôsto será calculado sôbre o preço deduzidos das - parcelas correspondentes:

a) - ao valor dos materiais adquiridos de terceiros, quando fornecidos pelo prestador de serviços;

b) - ao valor das subempreitadas já tributadas pelo impôsto.

§ 3º - Quando os serviços a que se referem os ítens I, III, V, (exceto os serviços de construção de qualquer tipo - por administração ou empreitada) e VII da lista anexa forem prestados por sociedades estas ficarão sujeitas ao impôsto na forma do § 1º, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos têrmos da lei aplicável.

Art. 170 - Contribuinte é o prestador do serviço.

Parágrafo único - Não são contribuintes os que prestem serviços em relação de emprêgo os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de Conselho consultivo ou fiscal de sociedades.

Art. 171 - Fica isento do impôsto a execução, por - administração ou empreitada, de obras hidráulicas ou de construção civil contratadas com a União, Estados, Distrito Federal e Município, autarquias e emprêsas concessionárias de serviços públicos, assim como as respectivas sub-empreitadas.

Art. 172 - Considera-se local da prestação do serviço:

a) - o do estabelecimento prestador ou, na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador;

b) - no caso de construção civil o local onde se efetuar a prestação.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

LISTAS DE SERVIÇOS

I - Médicos, dentistas, veterinários, enfermeiros, protéticos, ortopedistas, fisioterapeutes e congeneres; laboratórios de análises, de radiografia ou radioscopia, de eletricidade médica e congêneres;

II - Hspitais, sanatórios, ambulatórios, pronto socorros, casas de saúde, recuperação ou repouso, asílos e congêneres;

III - Advogados, solicitadores e previsionários;

IV - Agentes da propriedade industrial, despachantes, peritos e avaliadores particulares tradutores e intérprestes juramentados e congêneres;

V - Engenheiros, arquitetos, urbanistas, projetistas, calculistas, desenhistas técnicos, construtores, empreiteiros, - decoradores, paisagistas e congêneres;

VI - Serviços de terraplenagem, demolição, conservação e preparação de edificios, estradas, pontes e outras obras de engenharia, e suas congêneres;

VII - Contadores, auditores economistas, guarda-livros, técnicos em contabilidade:

VIII - Barbeiros, cabelereiros manicures, pedicures e congêneres, institutos de belesa e congêneres; estabelecimentos de duchas, massagens ginasticas, banhos e seus congêneres;

IX - Serviços de transportes urbanos ou rural de carga ou de passageiros, estritamente de natureza municipal;

X - Serviços de diversões públicas;

a) - teatros, cinemas parques de diversões, exposições com cobrança de ingresso e, congêneres de natureza permanente ou temporária;

b) - bilhares, boliches e outros jogos permitidos; o fornecimento, no recinto, de bebidas, alimentos e outras mercadorias, que fica sujeito ao impôsto de circulação de mercadorias;

c) - cabarés, clubes noturnos, dancing, boite e congêneres; o fornecimento, no recinto de bebidas, alimentos e outras mercadorias, que fica sujeito ao impôsto de circulação de mercadorias;

d) - bailes e outras reuniões públicas, com ou sem cobrança de ingresso;

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

e) - competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem cobrança de ingresso ou participação do espectador, inclusive as realizadas em auditórios de estações radiofônicas, ou de televisão e congêneres;

f) - execução de música, por executantes individuais ou em conjunto, ou transmitida por processo mecânico elétrico ou eletrônico;

XI - Agências de turismo, passeios e excursões; - guias turistico e intérpretes;

XII - Agenciamento, corretagem ou intermediação de seguros, da compra e venda de bens móveis ou imóveis, e quaisquer atividades congêneres ou semelhantes, exceto o agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos ou valores mobiliários praticados por instituição que dependa de autorização federal;

XIII - Organização, programação, planejamento e consultoria técnica financeira ou administrativa; avalizações de bens, mercadorias, riscos ou danos, laboratórios de análises técnicas, atividades congêneres ou similares;

XIV - Organização de feiras de amostras, de congressos e reuniões similares;

XV - Propaganda e publicidade inclusive planejamento de campanhas ou sistemas regulares de publicidade, e elaboração de desenhos textos e demais material publicitário (exceto sua impressão, reprodução ou fabricação) e a divulgação de tais desenhos, textos ou outros materiais publicitários por qualquer meio apto a torná-los acessiveis ao público, inclusive por meio de transmissão telefônica, radiofônica ou televisionada, e sua inserção em jornais, periódicos ou livros;

XVI - Datilografia, estenografia, secretaria e congêneres;

XVII - Elaboração, cópia ou reprodução de plantas, desenhos e documentos;

XVIII - Locação de bens móveis;

XIX - Locação de espaço em bens imóveis a título de - hospedagem;

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

XX - Armazéns gerais, armazéns, frigoríficos, silos, depósito de qualquer natureza, guarda-móveis e serviços correlatos; serviço de carga e descarga, arrumação e guarda de bens depositados.

XXI - Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres, exceto o fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias quando não incluidas no preço da diária ou mensalidade.

XXII - Administração de bens;
XXIII - Lubrificação, conservação e manutenção;
XXIV - Emprêsa limpadoras;
XXV - Ensino de qualquer grau ou natureza;
XXVI - Alfaiates, costureiras ou congêneres, quando o material salvo aviamentos, seja fornecido pelo usuário do serviço;
XXVII - Tinturarias e lavanderias;
XXVIII - Estúdios fotográficos e cinematográficos inclusive revelação, ampliação e cópias fotográficas;
XXIX - Venda de bilhetes de loteria.

CAPÍTULO - II

Da Alíquota e da Base de Cálculo

Art. 173 - O impôsto será calculado sôbre o preço do serviço ou sôbre a receita bruta mensal do contribuinte, conforme dispuser o regulamento.

Parágrafo único - No caso da letra a do § 2º do Art. 169, o impôsto será calculado sôbre 50% (cinqüenta por cento) da receita bruta.

Art. 174 - O impôsto será cobrado por meio de alíquotas percentuais de acôrdo com a Tabela I, anexa a êste Código.

Art. 175 - Quando não puder ser conhecido o valor efetivo da receita bruta resultante da prestação de serviços, ou quando os registros relativos ao impôsto não merecerem fé pelo Fisco, tomar-se-á para base de cálculo a receita bruta arbitrada, a qual não poderá, em hipótese alguma, ser inferior ao total das seguintes parcelas:

I - valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados durante o ano;

II - fôlha de salários pagos durante o ano, adicionada de honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes;

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

III - 10% (dez por cento) do valor venal do imóvel, ou parte dêle, e dos equipamentos utilizados pela emprêsa ou pelo - profissional autônomo;

IV - despesas com fornecimento de água, luz, fôrça, - telefone e demais encargos mensais obrigatórios do contribuinte.

Art. 176 - O disposto no art. 173 e 175 não se aplica nos casos em que a receita bruta corresponder, exclusivamente, à remuneração de trabalho pessoal do contribuinte.

Parágrafo único - Na hipótese dêste artigo, o impôsto será cobrado por meio de alíquotas fixas, de acôrdo com o disposto na Tabela I, anexa a êste Código.

CAPÍTULO - III

Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 177 - O impôsto será recolhido por meio de guia preenchida pelo próprio contribuinte, de acôrdo com o modêlo, forma e prazos estabelecidos no regulamento.

Art. 178 - Os contribuintes sujeitos ao impôsto com base na receita bruta mensal manterão, obrigatòriamente, sistemas de registros do valor dos serviços prestados, na forma do regulamento.

Art. 179 - O montante do impôsto a recolher será arbitrado pela autoridade competente:

I - quando o contribuinte deixar de apresentar a guia de recolhimento no prazo regulamentar;

II - quando o contribuinte apresentar guia com omissão dolosa ou fraude;

III - quando inexistirem os registros a que se refere o art. 178 ou fôr dificultado o exame dos mesmos.

Art. 180 - O procedimento de ofício de que trata o artigo anterior prevalecerá até prova em contrário, feita antes do - lançamento do impôsto.

Art. 181 - O lançamento do impôsto de serviço será - feito pela forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, de todos os contribuintes inscritos existentes no Cadastro dos Prestadores de Serviço de Qualquer Natureza, de que trata o Capítulo IV, Título III, dêste Código.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

182 - Consideram-se, emprêsas distintas, para efeito de lançamento e cobrança do impôsto:

I - as que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - as que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, tenham funcionamento em locais diversos.

Parágrafo único - Não são considerados como locais - diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

Art. 183 - As pessoas físicas ou jurídicas, que, na condição de prestadores de serviço de qualquer natureza, no decorrer do exercício financeiro se tornarem sujeitas à incidência do impôsto serão lançadas a partir do trimestre em que iniciarem as atividades.

Art. 184 - As emprêsas ou profissionais autônomos de prestação de serviço de qualquer natureza, que desempenharem atividades classificadas em mais de um dos grupos de atividade constantes das tabelas anexas a êste Código, estarão sujeitos ao impôsto com base na alíquota imediatamente inferior à mais elevada e correspondente a uma dessas atividades.

Art. 185 - No caso de diversões públicas e outros - serviços cujo preço seja cobrado mediante bilhetes, o impôsto poderá ser recolhido por meio de estampilhas, conforme dispuser o regulamento.

TÍTULO - VIII
Das Taxas
CAPÍTULO - I
Da Incidência e das Isenções

Art. 186 - Pelo exercício regular do poder de polícia ou em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou pôsto à sua disposição pela Prefeitura, serão cobradas, pelo Município, as seguintes taxas:

I - de licença;
II - de expediente e serviços diversos;
III - de serviços urbanos.

...

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 187 - São isentos das taxas de serviços urbanos:

I - os próprios federais e estaduais, quando exclusivamente utilizados por serviços da União ou do Estado;

II - os templos de qualquer culto.

Art. 188 - São isentos da taxa de licença para tráfego os veículos de propriedade da União, dos Estados e do Distrito Federal.

CAPÍTULO - III
Das Taxas de Licença
SEÇÃO - Iª
Disposições Gerais

Art. 189 - As taxas de licença têm como fato gerador o poder de polícia do Município na outorga de permissão para o exercício de atividades ou para a prática de atos dependentes, por sua natureza, de prévia autorização pelas autoridades municipais.

Art. 190 - As taxas de licença são exigidas para:

I - localização de estabelecimentos de produção comércio, indústria ou prestação de serviços, na jurisdição do Município;

II - renovação da licença para localização de estabelecimento de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços;

III - funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços em horários especiais;

IV - exercício, na jurisdição do Município, de comércio eventual ou ambulante;

V - execução de obras particulares;

VI - execução de arrumamentos e loteamentos em terrenos particulares;

VII - tráfego de veículos e outros aparelhos automotores;

VIII - publicidade;

IX - ocupação de áreas em vias e logradouros públicos;

X - abate de gado no Matadouro Municipal.

Art. 191 - Para efeito da cobrança de taxa de licença são considerados estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços os definidos nos arts. 137 a 143 dêste Código.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

SEÇÃO - 2ª

Da Taxa de Licença para Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços.

Art. 192 - Nenhum estabelecimento de produção, comércio, indústria ou prestação de serviço de qualquer natureza poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença de localização outorgada pela Prefeitura e sem que hajam seus responsáveis efetuado o pagamento da taxa devida.

Parágrafo único - As atividades cujo exercício dependam de autorização de competência exclusiva da União, ou do Estado, não estão isentas da taxa de que trata êste artigo.

Art. 193 - O pagamento da licença a que se refere o artigo anterior será exigido por ocasião da abertura ou instalação do estabelecimento, ou cada vez que se verificar mudança do ramo de atividade, conforme Tabela III anexa.

Art. 194 - Os pedidos de licença para abertura ou instalação de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços serão acompanhados da competente ficha de inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos para êsse fim no Título III, dêste Código.

Art. 195 - A licença para localização e instalação inicial é concedida mediante despacho, expedindo-se o Alvará respectivo.

Art. 196 - A taxa de licença de que trata esta Seção independe de lançamento e será arrecadada quando da concessão da licença; a licença inicial, concedida depois de 30 de junho, será arrecadada pela metade.

SEÇÃO - 3ª

Da Taxa de Renovação da Licença para Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços.

Art. 197 - Além da taxa de licença para localização, os estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços estão sujeitos, anualmente, à taxa de renovação da licença para localização.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 198 - O Alvará de licença será também renovado anualmente e fornecido independentemente de nôvo requerimento, - desde que o contribuinte haja efetuado o pagamento da taxa e este ja inscrito no Cadastro Fiscal da Prefeitura.

Art. 199 - Nenhum estabelecimento poderá prosseguir nas suas atividades sem estar na posse do Alvará de que trata o - artigo anterior, após decorrido o prazo para pagamento da taxa de renovação.

Parágrafo único - O Alvará de licença será conservado em lugar visível.

Art. 200 - O não cumprimento do disposto no artigo anterior poderá acarretar a interdição do estabelecimento mediante ato da autoridade competente.

§ 1º - A interdição será precedida de notificação preliminar do responsável pelo estabelecimento, dando-se-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que regularize sua situação.

§ 2º - A interdição não exime o faltoso do pagamento da taxa e das multas devidas.

Art. 201 - Far-se-á, anualmente, o lançamento da taxa de renovação da licença de localização e funcionamento, a ser arrecadada nas épocas determinadas em regulamento.

SEÇÃO - 4ª

Da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial.

Art. 202 - Poderá ser concedida licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial.

Art. 203 - A taxa de licença para funcionamento dos estabelecimentos em horários especiais será cobrada por dia, mês ou ano, de acôrdo com a tabela anexa a êste Código, e arrecadada - antecipadamente e independentemente de lançamento.

Art. 204 - É obrigatória a fixação, junto do Alvará de licença de localização, em local visível e acessível à fiscalização, do comprovante de pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário especial em que conste claramente êsse horário sob pena das sanções previstas neste Código.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

SEÇÃO - 5ª

Da Taxa de Licença para o Exercício de Comércio Eventual ou Ambulante.

Art. 205 - A taxa de licença para o exercício de comércio eventual ou ambulante será exigível por ano, ou dia.

§ 1º - Considera-se comércio eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura.

§ 2º - É considerado, também, como comércio eventual, o que é exercido em instalações removíveis, colocadas nas vias ou logradouros públicos, como balcões, barracas, mesas, taboleiros e semelhantes.

§ 3º - Comércio ambulante é o exercido individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.

Art. 206 - Serão definidas em regulamento as atividades que podem ser exercidas em instalações removíveis nas vias ou logradouros públicos.

Art. 207 - A taxa de que trata esta Seção será cobrada de acôrdo com a tabela anexa a êste Código e na conformidade do respectivo regulamento, observados os seguintes prazos:

I - antecipadamente, quando por dia;

II - durante o primeiro mês do semestre em que fôr devida, quando por ano.

Art. 208 - O pagamento da taxa de licença para o exercício de comércio eventual, nas vias e logradouros públicos, não dispensa a cobrança da taxa de ocupação de solo.

Art. 209 - É obrigatória a inscrição, na repartição competente, dos comerciantes eventuais e ambulantes, mediante o preenchimento de ficha própria, conforme modêlo fornecido pela Prefeitura.

§ 1º - Não se inclui na exigência dêste artigo os comerciantes com estabelecimento fixo que, por ocasião de festejos ou comemorações, explorem o comércio eventual ou ambulante.

§ 2º - A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação nas características iniciais da atividade por êle exercida.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 210 - Ao comerciante xx eventual ou ambulante - que satisfizer às exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitação contendo as características essenciais de sua - inscrição e as condições de incidência da taxa, destinado a basear a cobrança desta.

Art. 211 - Respondem pela taxa de licença de comércio eventual ou ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pretençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.

Art. 212 - São isentos da taxa de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante:

I - os cegos e mutilados que exercerem comércio ou indústria em escala ínfima;

II - os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

III - os engraxates ambulantes.

SEÇÃO - 6ª

Da Taxa de Licença para Execução de Obras Particulares.

Art. 213 - A taxa de licença para execução de obras - particulares é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios e muros ou qualquer outra obra, dentro das áreas urbanas do Município.

Art. 214 - Nenhuma construção, reconstrução, reforma, demolição ou obra, de qualquer natureza, poderá ser iniciada sem - prévio pedido de licença à Prefeitura e pagamento da taxa devida.

Art. 215 - A taxa de licença para execução de obras particulares será cobrada de conformidade com a tabela anexa a êste Código.

Art. 216 - São isentos da taxa de licença para execução de obras particulares:

I - a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou gradís;

II - a construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura.

III - a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devidamente licenciadas.

SEÇÃO - 7ª

Da Taxa de Licença para Execução de Arruamentos e Loteamentos de Terrenos Particulares.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

.1.

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 217 - A taxa de licença para execução de arruamentos de terrenos particulares é exigível pela permissão outorgada - pela Prefeitura, na forma da lei, e mediante prévia aprovação dos respectivos planos ou projetos, para arruamento ou parcelamento - de terrenos particulares, segundo o zoneamento em vigor no Município.

Art. 218 - Nenhum plano ou projeto de arruamento ou loteamento poderá ser executado sem o prévio pagamento da taxa de que trata esta Seção.

Art. 219 - A licença concedida constará de Alvará, no qual se mencionarão as obrigações do loteador ou arruador, com referência a obras de terraplanagem e urbanização.

Art. 220 - A taxa de que trata esta Seção será cobrada de conformidade com a tabela anexa a êste Código.

SEÇÃO - 8ª

Da Taxa de Licença para o Tráfego de Veículos

Art. 221 - A taxa de licença para o tráfego de veículos é devida por todos os proprietários ou possuidores de veículos em circulação no Município e será cobrada anualmente, de conformidade com a tabela anexa a êste Código.

Art. 222- O pagamento da taxa será feito de uma só vez, anualmente, antes de ser feita a renovação do respectivo emplacamento pelas repartições competentes.

Parágrafo único - Cobrar-se-á pela metade a taxa referente a veículo licenciado pela primeira vez, no segundo semestre do exercício.

Art. 223 - A baixa do veículo, no registro, quando requerida depois do mês de janeiro, sujeita o proprietário ao pagamento da taxa correspondente a todo o exercício.

Art. 224 - São isentos da taxa de licença para o tráfego de veículos:

I - os veículos de tração animal pertencentes aos pequenos lavradores, quando se destinarem exclusivamente aos serviços de suas lavouras e ao transporte de seus produtos.

II - os veículos destinados aos serviços agrícolas usados unicamente dentro das propriedades rurais de seus possuidores;

III - pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, os veículos de passageiros em trânsito, excursão ou turismo, devidamente licenciados em outros Municípios.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

SEÇÃO - 9ª

Da Taxa de Licença para Publicidade

Art. 225 - A exploração ou utilização de meios de publicidade nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos lugares de acesso ao público, fica sujeita a prévia licença da Prefeitura e, quando fôr o caso, ao pagamento da taxa de vida.

Art. 226 - Incluem-se na obrigatoriedade do artigo anterior:

I - os cartazes, letreiros, programas, quandros, painés, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, veículos ou calçadas;

II - a propaganda falada, em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto-falantes e propagandistas.

Parágrafo único - Compreende-se neste artigo os anúncios colocados em lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem, de qualquer forma, visíveis da via pública.

Art. 227 - Respondem pela observância das disposições desta Seção tôdas as pessoas físicas ou jurídicas, às quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar, uma vez que a tenham autorizado.

Art. 228 - Sempre que a licença depender de requerimento, êste deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação, das côres, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acôrdo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo único - Quando o local em que se pretender colocar o anúncio não fôr de propriedade do requerente, deverá êste juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

Art. 229 - Ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis e anúncios, sujeitos à taxa, um número de identificação fornecido pela repartição competente.

Art. 230 - Os anúncios devem ser escritos em boa e pura linguagem, ficando, por isso, sujeitos à revisão da repartição competente.

Art. 231 - A taxa de licença para publicidade é cobrada segundo o período fixado para a publicidade e de conformidade com a tabela anexa a êste Código.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

§ 1º - Ficam sujeitos ao acréscimo de 10% (dez por cento), da taxa, os anúncios de qualquer natureza referentes a bebidas alcoólicas, bem como os redigidos em língua estrageira.

§ 2º - A taxa será paga adiantadamente, por ocasião da outorga da licença.

§ 3º - Nas licenças sujeitas a renovação anual, a taxa será paga no prazo estabelecido em regulamento.

Art. 232 - São isentos de taxa de licença para publicidade:

I - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais;

II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas;

III - os dísticos ou denominações de estabelecimentos comerciais e industriais apostos nas paredes e vitrines internas;

IV - os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estações de rádio-difusão.

SEÇÃO - 10ª

Da Taxa de Licença para Ocupação do Solo nas Vias e Logradouros Públicos

Art. 233 - Entende-se por ocupação do solo aquela feita mediante instalação provisória de balcão, barraca, mesa, tabuleiro, quiósque, aparelho e qualquer outro móvel ou utensílio, depósitos, de materiais para fins comerciais, ou de prestação de serviços, e estacionamento privativo de veículo, em locais permitidos.

Art. 234 - Sem prejuízo do tributo e multa devidos, a Prefeitura apreenderá e removerá para os seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos, ou colocados em vias e logradouros públicos, sem o pagamento da taxa de que trata esta Seção.

SEÇÃO - 11ª

Da Taxa de Licença para Abate de Gado no Matadouro Municipal

Art. 235 - O abate de gado destinado ao consumo público, quando não fôr feito no Matadouro Municipal, só será permitido mediante licença da Prefeitura, precedida da inspeção sanitária feita nas condições previstas nas posturas municipais.

...

Art. 236 - Pelo abate de gado no Matadouro, a taxa de licença será a constante da tabela anexa, a êste Código, sendo - acrescida de 50% (cinqüenta por cento), quando fôr feita fora do Matadouro.

Art. 237 - A exigência da taxa não atinge o abate de gado em charqueadas, frigoríficos ou outros estabelecimentos semelhantes, fiscalizados pelo serviço federal competente, salvo quanto ao gado cuja carne fresca se destinar ao consumo local, ficando o abate, nesse caso, sujeito ao tributo.

Art. 238 - A arrecadação da taxa de que trata esta - Seção será feita no ato da concessão da respectiva licença ou, no caso do artigo anterior, ao ser a carne distribuída ao consumo local.

Art. 239 - Fica sujeito às penalidades previstas neste Código e nas posturas municipais quem abater gado fora do Matadouro Municipal, sem prévia licença da Prefeitura e pagamento das taxas devidas.

CAPÍTULO - IV

Das Taxas de Expediente e Serviços Diversos

SEÇÃO - 1ª

Da Taxa de Expediente

Art. 240 - A taxa de expediente é devida pela apresentação de petição e documentos às repartições da Prefeitura, para apreciação e despacho pelas autoridades municipais, ou pela lavratura de têrmos e contratos com o Município.

Art. 241 - A taxa de que trata êste capítulo é devida pelo peticionário ou por quem tiver interêsse direto no ato do govêrno municipal, e será cobrada de acôrdo com a tabela anexa a êste Código.

Art. 242 - A cobrança da taxa será feita por meio de guia, conhecimento ou processo mecânico na ocasião em que o ato - fôr praticado, assinado, ou visado, ou em que o instrumento formal fôr protocolado, expedido ou anexado, desentranhado ou devolvido.

Art. 243 - Ficam isentos da taxa de expediente os requerimentos e certidões relativos ao serviço de alistamento militar, ou para fins eleitorais.

SEÇÃO - 2ª

Das Taxas de Serviços Diversos

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 244 - Pela prestação dos serviços de numeração de prédios, de apreensão e depósto de bens móveis, semoventes e mercadorias, de alinhamento e nivelamento e de cemitério, inclusive quanto às concessões, serão cobradas as seguintes taxas:

I - de numeração de prédios;

II - de apreensão de bens móveis ou semoventes e de mercadorias;

III - de cemitério;

Art. 245 - A arrecadação das taxas de que trata esta Seção será feita no ato da prestação do serviço, antecipadamente, ou posteriormente, segundo as condições previstas em regulamento ou insctruções e de acôrdo com as tabelas anexas a êste Código.

CAPÍTULO- V

Da Taxa de Serviços Urbanos

Art. 246 - A taxa de serviços urbanos tem como fato gerador a prestação, pela Prefeitura, de serviços de limpeza pública, iluminação pública, conservação de calçamento e vigilância e será devido pelos proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis edificados ou não, localizados em logradouros beneficiados por êsses serviços.

Art. 247 - A taxa definida no artigo anterior incidirá sôbre cada uma das economias autônomas beneficiadas pelos referidos serviços.

Art. 248 - A base de cálculo da taxa de serviços urbanos é o metro de testada do terreno multiplicado pelo número de - serviços efetivamente prestados ou postos à disposição do contribuinte.

Art. 249 - A alíquota da taxa de serviços urbanos será de 1,5% (um e meio por cento) do salário mínimo regional.

Art. 250 - A taxa de serviços urbanos será cobrada - juntamente com os impostos imobiliários.

TÍTULO - IX

Da Contribuição de Melhoria

CAPÍTULO - I

Disposições Gerais

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 251 - A contribuição de melhoria será cobrada pelo Município, para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada, e como limite individual o acréscimo de valor que - da obra resultar para cada imóvel beneficiado, especialmente nos seguintes casos:

I - abertura ou alargamento de ruas, parques, campos de esporte, vias e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes, túneis e viadutos;

II - nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização, ou iluminação de vias ou logradouros públicos, bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários;

III - proteção contra inundações, saneamento em geral, drenagens, retificação e regularização de cursos d'água;

IV - canalização de água potável e instalação de rêde elétrica;

V - aterros e obras de embelezamento em gera l, inclusive desapropriação para desenvolvimento paisagístico.

Art. 252 - Para cobrança da contribuição de melhoria a repartição competente deverá:

I - publicar prèviamente os seguintes elementos:

a) memorial descritivo do projeto;

b) orçamento do custo da obra;

c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

d) delimitação da zona beneficiada;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para tôda a zona ou para cada uma das áreas diferentes, nela contidas;

II - fixar o prazo, não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no número anterior.

§ 1º - Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da - forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integrarem o respectivo cálculo.

§ 2º - Caberá ao contribuinte o ônus da prova quando impugnar quaisquer dos elementos a que se refere o nº I dêste artigo.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 253 - Responde pelo pagamento da contribuição de melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do respectivo lançamento, transmitindo-se a responsabilidade aos adquirentes, ou sucessores, a qualquer título.

Art. 254 - As obras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria enquadrar-se-ão em dois - programas:

I - ordinário, quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria Administração;

II - extraordinário, quando referente a obra de menor interêsse geral, solicitada por, pelo menos, dois têrços dos proprietários interessados.

Art. 255 - No custo das obras serão computadas as despesas de estudos e administração, desapropriação e operações de - financiamento, inclusive juros não excedentes de 12% (doze por cento) ao ano sôbre o capital empregado.

Art. 256 - A distribuição gradual da contribuição de melhoria entre os contribuintes será feita proporcionalmente aos - valôres venais dos terrenos presumívelmente beneficiados, constantes do Cadastro Imobiliário; na falta dêsse elemento, tomar-se-á por base a área ou a testada dos terrenos.

Art. 257 - Para o cálculo necessário à verificação da responsabilidade dos contribuintes, prevista neste Código, serão também computadas quaisquer áreas marginais, correndo por conta da Prefeitura as quotas relativas aos terrenos isentos da contribuição de melhoria.

Parágrafo único - A dedução de superfícies ocupadas - por bens de uso comum e situadas dentro da propriedade tributada, sòmente se autorizará quando o domínio dessas áreas haja sido legalmente transferido à União, ao Estado e ao Município.

Art. 258 - No cálculo da contribuição de melhoria deverão ser individualmente considerados os imóveis constantes de loteamento aprovado ou físicamente divididos em caráter definitivo.

Art. 259 - Para efeito de cálculo e lançamento da contribuição de melhoria considerar-se-ão como uma só propriedade as áreas contíguas, de um mesmo proprietário, ainda que provenientes de títulos diversos.

Art. 260 - Quando houver condomínio, quer de simples terreno, quer de terreno e edificação, a contribuição será lançada em nome de todos os condôminos, que serão responspaveis na proporção de suas quotas.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 261 - Em se tratando de vila edificada no interior do quarteirão, a contribuição de melhoria corresponde à área pavimentada fronteira à entrada da vila e será cobrada de cada proprietário proporcionalmente ao terreno ou fração ideal de terreno de cada um. A área reservada a via ou logradouro interno, de serventia comum, será pavimentada integralmente por conta dos proprietários.

Art. 262 - No caso de parcelamento de imóvel já lançado, poderá o lançamento, mediante requerimento do interessado, ser desdobrado em tantos outros quantos forem os imóveis em que efetivamente se subdividir o primitivo.

Art. 263 - Para efetuar os novos lançamentos previstos no artigo anterior será a quota relativa à propriedade primitiva * distribuída de forma que a soma dessas novas quotas corresponda à quota global anterior.

Art. 264 - As obras a que se refere o número II do artigo 254, quando julgadas de interêsse público, só poderão ser iniciadas após ter sido feita pelos interessados a caução fixada.

§ 1º - A importância da caução não poderá ser superior a 2/3 (dois têrços) do orçamento total previsto para a obra.

§ 2º - O órgão fazendário promoverá, a seguir, a organização do respectivo rol de contribuições, em que mencionará, também, a caução que couber a cada interessado.

Art. 265 - Completadas as diligências de que trata o artigo anterior, expedir-se-á edital convocando os interessados para, no prazo de 30 (trinta) dias, examinarem o projeto, as especificações, o orçamento, as contribuições e as cauções arbitradas.

§ 1º - Os interessados, dentro do prazo previsto neste artigo, deverão manifestar-se sôbre se concordam ou não com o orçamento, as contribuições e a caução, apontando as dúvidas e enganos a serem sanados.

§ 2º - As cauções não vencerão juros e deverão ser prestadas dentro do prazo não superior a 60 (sessenta) dias, a contar da data do vencimento do prazo fixado no edital de que trata êste artigo.

§ 3º - Não sendo prestadas, totalmente, as cauções, no prazo de que trata o § 2º, a obra solicitada não terá início, devolvendo-se as cauções depositadas.

...

§ 4º - Em sendo prestadas tôdas as cauções individuais e achando-se solucionadas as reclamações feitas, as obras serão - executadas procedendo-se daí em diante na conformidade dos dispositivos relativos a execução de obras do plano ordinário.

§ 5º - Assim que a arrecadação individual das contribuições atingir quantia que, somada à das cauções prestadas, perfaça o total do débito de cada contribuinte, transferir-se-ão as cauções à receita respectiva, anotando-se no lançamento da contribuição a liquidação total do débito.

Art. 266 - Ainda dentro do prazo de 30 (trinta) dias, referido no artigo anterior, poderá o proprietário reclamar contra a importância lançada, de acôrdo com o processo estabelecido para as reclamações contra lançamento de tributos previstos neste Código.

Parágrafo único - A execução das obras e melhoramentos só terão início após o julgamento das reclamações de que trata êste artigo.

Art. 267 - A contribuição de melhoria será paga de uma só vez, quando inferior à metade do salário-mínimo regional - ou, quando superior a esta quantia, em prestações mensais, semestrais, ou anuais, a juros de 8% (oito por cento), não podendo o prazo para recolhimentos parcelados ser inferior a 1 (um) ano, nem superior a 5 (cinco) anos.

Parágrafo único - É facultado ao contribuinte antecipar o pagamento de prestações devidas, com desconto dos juros correspondentes.

Art. 268 - Quando a obra fôr entregue gradativamente ao público, a contribuição de melhoria, a juízo da Administração, poderá ser cobrada proporcionalmente ao custo das partes concluídas.

Art. 269 - É lícito ao contribuinte pagar o débito previsto com títulos da dívida pública municipal, pelo valor nominal, emitidos especialmente para o financiamento da obra ou melhoramento, em virtude da qual foi lançado.

Art. 270 - Iniciada que seja a execução de qualquer obra ou melhoramento sujeito à contribuição de melhoria, o órgão - fazendário será cientificado a fim de, em certidão negativa que - vier a ser fornecida, fazer constar o ônus fiscal correspondente aos imóveis respectivos.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 271 - Não sendo fixada, em lei, a parte do custo da obra ou melhoramento a ser recuperada dos beneficiados, caberá ao Prefeito fazê-lo, mediante decreto e observadas as normas estabelecidas neste Título.

Parágrafo único - O Prefeito fixará, também, os prazos de arrecadação necessários à aplicação da contribuição de melhoria.

Art. 272 - Não caberá a exigência da contribuição de melhoria quando as obras ou melhoramentos forem executados sem prévia observância das disposições contidas neste Título.

CAPÍTULO - II

Disposições Especiais sôbre as Obras de Pavimentação

Art. 273 - Entendemse por obras ou serviços de pavimentação, além da pavimentação, pròpriamente dita, da parte carroçável das vias e logradouros públicos e dos passeios, os trabalhos preparatórios ou complementares habituais, como estudos topográficos, terraplanagem superficial, obras de escoamento local, guias, pequenas obras de arte e ainda os serviços administrativos, quando contratados.

Art. 274 - A contribuição de melhoria é devida pela execução de serviços de pavimentação.

I - em vias no todo ou em parte ainda não pavimentadas;

II - em vias cujo tipo de pavimentação, por motivo de interêsse público, a juízo da Prefeitura, deva ser substituído por outro de melhor qualidade.

§ 1º - Nos casos de substituição por tipo idêntico ou equivalente não é dívida a contribuição, desde que as obras primitivas hajam sido executadas sob o regime de contribuição de melhoria, taxa de calçamento ou tributo equivalente.

§ 2º - Nos casos de substituição por tipo de melhor qualidade a contribuição será calculada tomando-se por base a diferença entre o custo da pavimentação nova e o da parte correspondente ao antigo, reorçado êste último com base nos preços do momento; reputar-se-á nulo, para êsse efeito, o custo da pavimentação anterior, quando feita em material sílico-argiloso, macadame ou com simples apedregulahamento.

...

§ 3º - Nos casos de substituição por motivo de alargamento das ruas ou logradouros, a contribuição será calculada tomando-se por base tôda a diferença do custo entre os dois calçamentos.

Art. 275 - O custo das obras de pavimentação, que vierem a ser executadas nos têrmos dos artigos anteriores, será dividodo entre a Prefeitura e os proprietários dos terrenos marginais às vias e logradouros beneficiados, tocando 2 (duas) partes aos proprietários e 1 (uma) parte à Prefeitura e fazendo-se a distribuição da parte que toca aos proprietários, segundo o disposto no artigo 252 dêste Código.

Art. 276 - Para cálculo da contribuição a ser cobrada de cada proprietário marginal, não se tomará distância superior a 6 (seis) metros entre o meio-fio e o eixo da via ou logradouro, - em se tratando de via carroçável de largura superior a 3 (três) - metros, correndo o excesso por conta da Prefeitura.

Art. 277 - Assentado periòdicamente o programa ordinário da pavimentação, procederão as repartições técnicas competentes à elaboração dos projetos e das especificações e orçamentos - respectivos.

Art. 278 - Aprovado o orçamento de cada trecho típico e apurada a importância total a ser distribuída entre as áreas - marginais, será verificada a quota correspondente a cada uma destas.

CAPÍTULO - III

Disposições Especiais sôbre as Obras de Construção de Estradas

Art. 279 - Entende-se por obras de construção de estradas os trabalhos de levantamento, locação, cortes, aterros, desaterros, terraplanagem, pavimentação, escoamento e suas respectivas obras de arte, como pontes, viadutos, pontilhões, boeiros, mata-burros e outras, e, quando se tratar de obra contratada, os serviços de administração.

§ 1º - São ainda consideradas como obras de construção as de pavimentação asfáltica, poliédrica ou a paralelepípedo, quando executadas em tôda a extensão de estrada, ligando uma aglomeração urbana a outra.

...

§ 2º - São consideradas apenas de conservação as obras de construção de desvios, retificação parcial, construção de pontes, viadutos, pontilhões, mata-burros e ensaibramento em estradas existentes.

Art. 280 - A contribuição de melhoria exigida na forma dêste Capítulo destina-se, exclusivamente, à indenização parcial de despesas feitas com a construção de estradas municipais e será exigível dos proprietários de terrenos marginais, lindeiros ou adjacentes às obras realizadas na área rural do Município, quando da obra resultar benefício para os mesmos.

Art. 281 - O custo das obras de construção de cada estrada, observadas as disposições constantes do Capítulo I dêste - Título, será dividido entre a Prefeitura e os proprietários dos terrenos nas seguintes formas:

I - um sexto (1/6) caberá aos proprietários dos terrenos marginais;

II - um duodécimo (1/12) caberá aos proprietários dos terrenos adjacentes ou não à estrada construída, mas cujas propriedades passarem mediata ou imediatamente a ser servidas pela estrada e por ela beneficiadas;

III - o restante caberá à Prefeitura, à conta das quotas do Fundo Rodoviário, ou de outras verbas destinadas à construção de estradas.

Art. 282 - Quando a construção fôr solicitada por interessados e a estrada se destinar ao uso privativo dos mesmos, - cobrar-se-á o custo total das obras mediante depósito prévio e integral do valor orçado.

Art. 283 - O cálculo da contribuição exigível de cada proprietário será feito nas seguintes bases:

I - levantar-se-á um rol dos imóveis beneficiados direta ou indiretamente pela obra executada, contendo os nomes dos proprietários e os valôres venais de cada imóvel, excluídos os valôres - das benfeitorias, devendo cada rol ser somado separadamente:

II - achar-se-ão, a seguir, separadamente, um sexto - (1/6) e um duodécimo (1/12) do custo total das obras executadas;

III - dividindo-se o total de cada rol pela quantia correspondente a um sexto (1/6) ou a um duodécimo (1/12) do custo da obra, conforme fôr o caso, obter-se-á um quociente que, dividido pelo valor venal da cada terreno, dará a contribuição relativa a êsse terreno.

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Art. 284 - Aplicam-se, quanto aos condôminos, ao lançamento e à arrecadação desta taxa, as disposições constantes do Capítulo I dêste Título.

TÍTULO - X

CAPÍTULO ÚNICO

Das Disposições Finais

Art. 286 - Salário mínimo, para os efeitos dêste Código, é o vigente no Município a 31 de dezembro do ano anterior àquele em que se efetuar o lançamento ou se aplicar a multa.

Parágrafo único - Serão desprezadas as frações de - N Cr$ 0,10 (dez centavos), até N Cr$ 0,05 (cinco centavos) inclusive, e arredondadas para mais as parcelas superiores à referida - fração, ao ser considerado o salário mínimo para os efeitos dêste Código.

Art. 287 - Serão desprezadas as frações de N Cr$ 1,00 (um cruzeiro nôvo) na apuração da base de cálculo dos impostos predial e territorial urbano.

Art. 288 - Os créditos fiscais decorrentes de tributos de competência municipal, vigentes até 31 de dezembro de 1968, ficarão preservados em Lei de Orçamento independentemente de sua inscrição na Dívida Ativa do Município.

Art. 289 - Êste Código entrará em vigor a partir de - 1º de janeiro de 1970, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e execução dêste Código pertencer, que o cumpra e o faça cumprir tão inteiramente como nêle se contém.

Prefeitura Municipal de Ubá, .. de agôsto de 1969

Narciso Paulo Michelli
- Prefeito Municipal -

Samir Hajkal
-Secretário-

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

TABELA - I

TABELAS PARA O LANÇAMENTO E COBRANÇA DO IMPÔSTO SÔBRE OS SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTA
I - Profissionais liberais.	40% sôbre o salario minimo
II - Fornecimento de trabalho, por emprêsa ou profissional autônomo, com ou sem utilização de maquinas, ferramentas ou veiculos.	2% sôbre a receita bruta
III - Atividades de construção ou reparação de bens imoveis de qualquer natureza, efetuadas por pessoas fisicas ou juridicas quer por meio de contrato de manutenção, empreitada ou administração.	2% sôbre a receita bruta
IV - As atividades do item anterior, quando acompanhadas do fornecimento de materiais.	2% sôbre 50% da receita bruta
V - Locação de bens móveis de qualquer natureza.	3% sôbre a receita bruta
VI - Locação de espaço em bens imóveis, a título de hospedagem ou guarda de bens de qualquer natureza.	3% sôbre a receita bruta
VII - Exercício de funções e práticas de diversões ou desportos publicos, por pessoas fisicas ou juridicas, localizadas ou não, como expectadoras, participantes ou prestadoras de serviços desta natureza.	10% sôbre a receita bruta ou o preço do ingresso

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

TABELA - II

TABELAS PARA O LANÇAMENTO E A COBRANÇA DAS TAXAS DE LICENÇA

ÍTENS	ESPECIFICAÇÕES E DISCRIMINAÇÕES	ALÍQUOTA
	I - Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais em Horário Especial	% sôbre o salário mínimo
1	Prorrogação de horário:	
	1 - até às 22 horas:	
	- por dia	10%
	2 - além das 22 horas:	
	- por dia	15%
2	Antecipação de horário:	
	- por dia	10%
	- por mês	100%
	II - Taxa de Licença para Exercício de Comercio Eventual ou Ambulante, por mês	
3	Alimentos preparados, inclusive refrigerantes para venda em balcão ou barracas ou mesas	5%
4	Artigos Carnavalescos	10%
5	Artigos para fumantes	10%
6	Artigos não especificados	8%
7	Brinquedos e artigos para presentes	5%
8	Tecidos e roupas feitas	5%
9	Louças e ferragens	5%
10	Jóias e relógios	10%
11	Gêneros e produtos alimentícios	4%
12	Alimentação preparada e fornecida em marmita para mais de 3 (três) pessoas, quando o fornecedor não pagar impôsto sôbre qualquer natureza	10%
	NOTA: - A licença será cobrada para cada especificação, caso o contribuinte negocie em mais de uma.	

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

...

ÍTENS	ESPECIFICAÇÕES E DISCRIMINAÇÕES	ALÍQUOTA
	III - Taxa de Licença para Obras Particulares	% sôbre o salário minimo.
	a) - Construções:	
	Barracões nos quintais de casas de residências, metro quadrado de área útil de piso coberto:	
	1 -nas áreas urbanas	1%
	2- nas areas de expansão urbana e nos povoados	0,5%
	Dependências em prédios residenciais, por metro quadrado de area útil de piso coberto:	
	1- nas areas urbanas	0,3%
	2- nas areas de expansão urbana e nos povoados	0,2%
13	Dependências em prédio utilizado por estabelecimento de qualquer natureza, por metro quadrado	0,3%
14	Drenos, sarjetas, paredes e muros divisorios, por metro linear	0,5%
15	Fornos de padaria	10%
16	Fossas - cada uma	10%
17	Garagens e postos de lubrificação, - por metro quadrado - area útil de piso coberto	0,2%
18	Muros, com gradil ou não, por metro linear:	
	1- nas áreas urbanas.....	0,1%
	2- nas areas de expansão urbana e nos povoados	0,05%
19	Obras não especificadas nesta tabela, por metro quadrado de area útil de - piso coberto	0,1%
20	Obras pequenas ou acréscimo, de área de difícil medição, não especificados nesta tabela	0,2%
21	Predios residencias, de um ou mais pavimentos, por metro quadrado de area útil de piso coberto:	
	1- nas áreas urbanas	0,5%
	2- nas areas de expansão urbana e nos povoados	0,3%

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

ÍTENS	ESPECIFICAÇÕES E DISCRIMINAÇÕES	ALÍQUOTA
	b) Consertos e Reparos:	% sôbre o salário mínimo
22	Diversos - chaminés, pilares, portões, fossas e outras instalações externas etc.....	10%
23	Fachadas - desde que não se trate de reconstrução, por pavimento	1%
24	Muros, por metro linear	0,5%
25	Pequenos serviços em prédios	0,5%
26	Telhados, desde que não se trate de construção	0,5%
	c) Obras Diversas:	
27	Abertura de portões: 1 - em predios residenciais	1%
28	Andaimes - no alinhamento do logradouro - inclusive tapume, para construção, reconstrução, pintura ou reparos gerais de prédios, por metro linear e por seis meses ou - fração	0,5%
29	Cortes em meio-fio para entrada de automóvel	10%
30	Demolição - por metro quadrado de área da - edificação a ser demolida	0,5%
31	Marquises de vidro, metal ou outro material, a serem colocadas em predio comercial ou industrial, cada uma	10%
32	Mudança de bomba de gasolina, ou outro combustivel liquido, de um para outro local	20%
33	Toldos ou cobertas movediças a serem colocados nas fachadas de predios:	
	1- comerciais e industriais, cada um	10%
	2- em predios residenciais, cada um	10%
	IV - Taxa de Licença para Execução de Arruamentos e Loteamentos de Terrenos Particulares	
34	a) Arruamentos:	
	1- com área de até 20.000 metros quadrados, descontadas as destinadas a logradouros - públicos	10%
	2- com mais de 20.000 metros quadrados, por metro quadrado que exceder, alem da taxa fixa de dez por cento (10%) do salário mínimo	5%

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

ÍTENS	ESPECIFICAÇÕES E DISCRIMINAÇÕES	ALÍQUOTA
35	b) Loteamentos:	% sôbre o salário mínimo
	1 - com área de até 10.000 metros quadrados, descontadas as destinadas a logradouros públicos e as que serão doadas ao Município	10%
	2 - de mais de 10.000 metros quadrados, por m metro quadrado que exceder, além da taxa fixa de dez por cento (10%) do salário mínimo	5%
	NOTA: Entende-se como área de arruamento, ou do loteamento, a soma das áreas de terreno dos quarteirões pertencentes ao plano apresentado.	
	TABELA DE LICENÇA PARA TRÁFEGO DE VEÍCULOS	
36	a) - Veículos de tração a motor:	
	Classe -A- Motocicletas, Motonetas, Tricíclos rebouques, tratores e maquinas industriais, quando trafegarem em vias publicas municipais.	
	Classe -B- Automoveis, jeeps utilitários e veículos de capacidade até 1.000 quiloskgs;	
	Classe -C- veículos de transportes de passageiros ou carga com capacidade até o limite de 1.000 Kgs.	
	Classe -D- Veículos motorizados de tração de todo tipo que transitarem nas vias publicas municipais;	
	A alíquota aplicada para cobrança corresponderá ao salario minimo regional e referente aquelas fabricadas até (três) 3 anos conforme percentual abaixo discriminado:	
	I) Classe -A-	3%
	II) - Classe -B-;	
	a) veículos nacionais ou importados com potência até 60 HP, ...	13%
	b) veículos nacionais ou importados com potência variando entre 60 a 100 HP.....	18%
	c) veículos nacionais ou importados com potência variando entre 100 e 150 HP, ...	20%
	d) Ídem ídem de 150 a 200 HP, ...	30%
	e) Ídem ídem, superior a 200 HP, ...	60%

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

ÍTENS	ESPECIFICAÇÕES E DISCRIMINAÇÕES	ALÍQUOTA
	LII) Classe -C-	% sôbre o salario minimo
	a) - veículos de transportes de cargas por 3 (três) toneladas ou fração;1	10%
	b) - Ídem de transpprte de passageiros por 3 (três) toneladas;	12%
	IV) -	
	d) - veículos motorizados de tração de todo o tipo que transitarem nas vias publicas municipais;	10%
	Para os veículos com mais de 3 (três) anos de fabriçação serão adotados os seguintes criterios:	
	a) - veículos de 3 a 10 anos de fabricação, 70% do percentual correspondente ao previsto na tabela acima.	
	b) - Ídem, para os de mais de 10 anos de fabricação, 50% do percentual correspondente ao previsto na tabela acima;	
	NOTA: Para os veículos colocados em circulação apos o primeiro semestre do exercicio serão adotados os valôres correspondentes a 50% de redução.	
37	b) - Veículos de Tração Animal: De carga, desprovido de molas:	
	1 - de rodas com aros de ferro ou de madeira	3%
	2 - de rodas com aros de borracha maciça	2%
	3 - de rodas com aros de borracha-pneumatico	2%
	De Passageiros:	
	1 - de 2 rodas com pneumático	3%
38	c) - Outros Veículos:	
	Bicicletas,	3%
	Bicicletas motorizadas, lambretas, vespas e similares, carrocinhas, tricicles a pedal ou carrinhos de mão a frete ou para a venda ou entrega de mercadorias	4%
	VI - Taxa de Licença para Publicidade	
39	Alto-falante, radio, vitrola e congêneres, por aparelho e por ano, quando permitido no interior de estabelecimento comercial, industrial ou profissional	12%
40	Anúncio:	
	1 - sob forma de cartaz, cada um	1%
	2 - em mesas, cadeiras ou bancos, toldos, bambinelas, capotas, cortinas, e semelhantes	2%
	3 - no interior de veículos, por veículo e por ano	12%

;;;

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

:::

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

ÍTENS	ESPECIFICAÇÕES E DISCRIMINAÇÕES	ALÍQUOTA
40	4 - no exterior de veículos, por veículo e por ano	% sôbre o salário mínimo 12%
	5 - em veículos destinados especialmente a - propaganda, por veiculo e por dia	0,5%
	6 - colocado no interior de estabelecimento, quando estranho à atividade dêste, por anuncio e por ano	12%
	7 - em plano de bôca de teatro ou casa de diversões, por anuncio e por mês	1%
	8 - projetado na tela de cinema, por filme - ou chapa, por dia	0,5%
	9 - pintado na via publica, quando permitido, por metro quadrado e por dia	0,5%
	10- em faixas, quando permitido, por dia	0,5%
41	LETREIRO - placa ou dístico metálico ou não, com indicação de profissão, arte, ofício, comercio ou industria, nome ou endereço, quando colocado na parte externa de qualquer prédio, por letreiro, placa ou distico, por ano	12%
42	MOSTRUÁRIO - colocado na parte externa dos - estabelecimentos comerciais, ou em galerias, estações, abrigos etc., por mostruario e por mês	10%
43	PAINEL:	
	1 - painel, cartaz ou anúncio colocado em - circos ou casas de diversões, por unidade e por mês	2%
	2 - Idem, idem, inclusive letreiros e semelhantes, luminosos ou não, na parte externa dos edificios, por metro quadrado ou fração, por ano	12%
	3 - painel, cartaz ou anúncio, colocado em - casas de diversões, por unidade e por ano	12%
44	PROPAGANDA:	
	1 - oral, feita por propagandista, por dia	1%
	2 - Idem, idem, por mês	15%
	3 - por meio de musica, por dia	2%
	4 - por meio de animais (circo etc.)por dia	2%
	5 - por meio de alto-falante, por dia	1%
45	VITRINE:	
	1 - em qualquer estabelecimento comercial ou indústrial, sem projeção, ocupando parcialmente o vão das portas - por vitrine e por ano	12%

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

:::

Nº.

ASSUNTO

SERVIÇO

ÍTENS	ESPECIFICAÇÕES E DISCRIMINAÇÕES	ALÍQUOTA
	2 - Idem, idem, com saliência máxima de 25 centimetros para o logradouro publico, por vitrine e por ano	% sôbre o salário mínimo .....15%.....
	3 - Idem, idem, ocupando totalmente o vão das portas, por vitrine e por ano	.....20%.....
	4 - para exposição de artigos estranhos ao negocio do estabelecimento ou alugada a terceiros, por vitrine e por ano	.....15%.....
	VII - Taxa de Licença para Ocupação de Áreas - em Vias e Logradouros Publicos	
46	Espaço ocupado por balcões, barracas, mesas, - tabuleiros e semelhantes, nas feiras, vias e - logradouros publicos ou como deposito de materiais ou estacionamento privativo de veículos, inclusive para fins comerciais, em locais desig nados pela Prefeitura, por prazo e a critério desta:	
	1 - por mês e por metro quadrado	.....0,2%.....
47	Espaço ocupado com mercadorias, nas feiras, sem uso de qualquer movel ou instalação, - por dia e por metro quadrado	.....0,02%.....
48	Espaço ocupado por circos e parques de diversões, por semana ou fração e por metro quadrado	.....0,02%.....
	VIII - Taxa de Licença para Abate de Gado, dentro e fora do Matadouro Municipal.	
49	Por cabeça de gado bovino ou vacum.....	.....4%.....
	Por cabeça de animal de outras espécies.....	.....3%.....
	VIII - Taxa de Licença para Localização de Estabelecimento de Produção de Comércio, Indústria e Prestação de Serviços	
50	1 - Comércio:	
	Atacadistas	.....30%.....
	Varejistas	.....15%.....
	Pequeno comerciante	.....10%.....
	2 - Indústrias:	
	Grandes	.....30%.....
	Pequenas	.....15%.....
	3 - Outras Atividades:	
	Atos Diversos	.....10$.....
	NOTA: Entende-se por pequeno comerciante aquêles cujo movimento anual não atinga à venda superior de N Cr$ 12.000,00 (Doze mil, cruzeiros novos), e para indústrias ate N Cr$ 120.000,00 (Cento e vinte mil, cruzeiros novos).	

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

TABELA - III

TABELAS PARA O LANÇAMENTO E A COBRANÇA DAS TAXAS DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS

ÍTENS	ESPECIFICAÇÃO	ALÍQUOTA
	Taxa de Expediente	% sôbre o salario minimo
1	Alvarás:	
	a) - de licença concedida ou transferida	3%
	b) - de qualquer outra natureza	3%
2	Atestados:	
	a) - por lauda até 33 linhas	1%
	b) - sôbre o que exceder, por lauda ou fração	0,5%
3	Aprovação de arruamento ou loteamento:	
	- cada decreto contendo aprovação parcial ou geral de arruamento ou loteamento de terreno	40%
4	Baixa de qualquer natureza, em lançamentos ou registros	1%
5	Certidões:	
	a) - por lauda até 33 linhas	3%
	b) - sôbre o que exceder, por lauda ou fração	2%
	c) - busca, por ano, além das taxas das alíneas "a" e "b"	0,5%
	d) - de quitação	1%
6	Concessões - ato do Prefeito concecendo:	
	a) - favores, em virtude de lei municipal, s sôbre o valor da concessão	1%
	b) - privilegio individual ou a emprêsa concedido pelo Municipio, sôbre o valor efetivo ou arbitrado	2%
	c) - permissão para exploração, a título precario, de serviço ou atividade	3%
7	Contratos com o Município, sôbre o valor do contrato	2%
8	Averbações:	
	sôbre o valor da guia	0,2%
9	Taxa de Cadastro:	
	por ficha em cada atividade	0,5%
10	Guias apresentadas às repartições municipais, para qualquer fim, excluidas as emitidas pelos servidores municipais e relativas aos - serviços de administração	1%

;;;

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

;;.

ÍTENS	ESPECIFICAÇÕES	ALÍQUOTA
11	Petições, requerimentos, recursos ou memoriais dirigidos aos orgãos ou autoridades municipais:	% sôbre o salário mínimo
	a) - por lauda até 33 linhas	1%
	b) - cada documento anexado, por fôlha	0,5%
	c) - sôbre o que exceder, por lauda ou fração	0,5%
	d) - conhecimentos de arrecadação de tributos municipais exceto da taxa de expediente	1%
12	Petições e requerimentos solicitando pagamentos:	
	Até N Cr$ 20,00	isento
	De mais de N Cr$ 20,00 a N Cr$ 50,00	0,5%
	" " " " " 50,00 " " " 200,00	1%
	" " " " " 200,00 " " " 500,00	2%
	" " " " " 500,00 " " " 1.000,00	3%
	" " " " "1.000,00	4%
13	Prorrogação de prazo de contrato com o Município, sôbre o valor da prorrogação	0,4%
14	Têrmos e registros de qualquer natureza, lavrados em livros municipais, por pagina de livro ou fração	0,4%
15	Titulos:	
	de perpetuidade de sepultura, jazigo, carneiro, mausoleu ou ossuario	40%
	Transferências:	
	a) - de contrato de qualquer natureza, além do têrmo respectivo	0,4%
	b) - de loçal, de firma ou ramo de negocio	8%
	c) - de veiculo, por unidade	20%
	d) - de privilegio de qualquer natureza, sôbre o valor efetivo ou arbitrado	5%
	Taxas de Serviços Diversos	% sôbre o salário mínimo
	I - Taxa de Numeração de Prédios	
1	Por emplaçamento	1%
	NOTA: Alem da taxa sera cobrado o preço de custo da placa fornecida (como receita patrimonial).	
	II - Taxa de Apreensão e Depósito de Bens e Mercadorias	
2	Apreensão ou arrecadação de bens abandonados na via publica - por unidade	5%
3	Armazenagem por dia ou fração, no depósito municipal;	
	1 - de veiculo por unidade	10%
	2 - de animal cavalar, muar ou bovino, por cabeça	1%

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

ÍTENS	ESPECIFICAÇÕES E DISCRIMINAÇÕES	ALÍQUOTA
	3 - de caprino, ovino, suíno ou canino, por cabeça	% sôbre o salario minimo ..... 1% .....
	4 - de mercadorias ou objetos de qualquer especie, por quilo	..... 0,1% .....
	NOTAS: Alem das taxas acima se cobrarão as despesas com a alimentação e o tratamento dos animais, bem como as de transporte ate o deposito.	
	III - Taxa de Alinhamento e Nivelamento	
4	Alinhamento, por metro linear	..... 0,05% .....
5	Nivelamento, idem	..... 0,05% .....
	IV - Taxa de Cemiterio	
6	Inumação em sepultura rasa:	
	1 - de adulto, por cinco anos	..... 1% .....
	2 - de infante, por três anos	..... 0,5% .....
7	Inumação em carneiro:	
	1 - de adulto, por cinco anos	..... 2% .....
	2 - de infante, por três anos	..... 1% .....
8	Prorrogação de prazo:	
	1 - de sepultura rasa, por cinco anos	..... 1% .....
	2 - de carneiro, por cinco anos	..... 0,5% .....
9	Perpetuidade:	
	1 - de sepultura rasa, por metro quadrado	..... 2% .....
	2 - de carneiro, por metro quadrado	..... 4% .....
	3 - jazigo (carneiro duplo, geminado) por m2	..... 5% .....
	4 - nicho	..... 6% .....
10	Exumações:	
	1 - antes de vencido o prazo regulamentar de decomposição	..... 50% .....
	2 - apos vencido o prazo regulamentar de decomposição	..... 40% .....
11	Diversos:	
	1 - abertura de sepultura, carneiro, jazigo ou mausoleu, perpetuo, para nova inumação	..... 2% .....
	2 - entrada de ossada no cemiterio	..... 2% .....
	3 - retirada de ossada do cemiterio	..... 2% .....
	4 - remoção de ossada no interior do cemiterio	..... 2% .....
	5 - ocupação de ossario, por cinco anos	..... 2% .....

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

substituindo emenda Câmara 2/57

...

Nº.
ASSUNTO
SERVIÇO

Parágrafo único - O mínimo do impôsto predial será de ~~1% (um por cento)~~ 1 (um) centésimo do salário-mínimo regional.

CAPÍTULO - III

Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 161 - O lançamento e a arrecadação do impôsto predial será feito, sempre que possível, em conjunto com o impôsto territorial urbano incidente sôbre o terreno em que esteja situado o prédio, tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se ~~o exercício~~ o exercício anterior e observando-se, no que couber, o disposto no capítulo III do Título IV dêste Código.

Parágrafo único - Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados um a um, em nome de seus proprietários condôminos.

Art. 162 - O lançamento e o recolhimento do impôsto serão efetuados na época e pela forma estabelecida no regulamento.

TÍTULO - VI

Do Impôsto Municipal sôbre a Circulação de Mercadorias.

CAPÍTULO- I

Da Incidência e das Isenções

Art. 163 - O impôsto municipal sôbre a circulação de mercadorias tem como fato gerador a saída destas de estabelecimento produtor, indistrial ou comercial, situado no território do Município, e será cobrado com base na legislação estadual pertinente.

Art. 164 - O impôsto incidirá igualmente nas operações que forem objeto de isenção estadual, assim como nos casos em que da lei estadual resultar o respectivo diferimento, para a operação subseqüente realizada fora do território do Município.

§ 1º - Nas hipóteses previstas neste artigo, o Município cobrará o impôsto como se a operação fôsse tributada pelo Estado, nos têrmos da legislação dêste, aplicando-se a alíquota do impôsto municipal.

§ 2º - Poderá deixar de ser aplicado o disposto nêste artigo se, em virtude de convênio celebrado com o Estado, ficar assegurado ao Município o ressarcimento do montante correspondente.

...